



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Em milhares de reais, exceto quando mencionado)**

A Administração da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA ("Taesa" ou "Companhia") - Bovespa: TAEE11, um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, submeteu à apreciação de Vsas. o seu Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas do Relatório do Auditor Independente e do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**  
**SÓLIDO RESULTADO COM CONTRIBUIÇÃO DAS AQUISIÇÕES E CONCLUSÃO DE EMPREENDIMENTOS**  
O último ano trouxe grandes desafios para a economia global e toda a população mundial com o surgimento e a rápida evolução da pandemia da COVID-19. A Taesa, sempre comprometida com a saúde e segurança de seus colaboradores e do Sistema Interligado Nacional, buscou rapidamente se informar e tomar as medidas necessárias. Desde fevereiro de 2020 a Companhia vem adotando e intensificando as medidas de proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Por meio dessas medidas, a Companhia vem buscando, também, resguardar seus demais ativos de transmissão, garantindo assim a continuidade das suas operações. Entre as medidas estão a utilização de tecnologia e conhecimento médico-científico para monitorar sintomas e manter nossos times em segurança, a adoção do home-office pelas equipes administrativas que completou um ano agora em março, e um plano de operação e manutenção que tem tido sucesso em garantir a disponibilidade de nossos ativos ao SIN.

Outra importante frente em 2020 foi com relação à Sustentabilidade. A Companhia reforçou seu compromisso com o tema, que é um valor organizacional, e seguiu implementando diversas ações com o objetivo de fortalecer sua comunicação e garantir a evolução dos temas Ambiental, Social e Governança (conhecido por ASG) dentro e fora da Taesa. Entre as ações estão: (i) o levantamento do inventário de emissões de gases do efeito estufa (GEE) conforme metodologia GHG Protocol, (ii) as metas de redução no consumo de combustíveis fósseis na frota, (iii) a inserção de cláusulas ambientais e sociais em contratos com fornecedores; (iv) elaboração do relatório socioambiental com base nas práticas do Global Reporting Initiative; (v) lançamento do programa de diversidade; (vi) a certificação e a premiação Great Place to Work; (vii) a adesão ao Pacto Global da ONU firmando o compromisso com o Agenda 2030 referente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; (viii) e a divulgação do painel de indicadores ASG disponível no site de RI; entre outros. Apesar das adversidades trazidas pela crise, a Companhia apresentou um sólido resultado em 2020 reforçando o compromisso com seus pilares estratégicos de crescimento sustentável e disciplina financeira. No primeiro semestre de 2020, concluiu as aquisições de São João Transmissora S.A., São Pedro Transmissora S.A. e Lagoa Nova Transmissora S.A. e energizou os empreendimentos em construção EDTE e Mariana. Esses eventos associados aos projetos concluídos ao final de 2019 (Miracema e reforços de Novatrans), que em conjunto totalizam R\$ 259,1 MM de RAP (ciclo 2020-2021), foram responsáveis pela retomada do crescimento do resultado operacional, após dois anos (2018 e 2019) de redução da receita em função das quedas contratuais da RAP das concessões da categoria 2. Assim, a receita operacional líquida regulatória da Companhia apresentou um crescimento de 9,4% na comparação com 2019, totalizando R\$ 1.525 MM, e o EBITDA regulatório registrou um aumento anual de 8,3%, somando R\$ 1.249 MM em 2020 e uma margem de 81,9% (contra 82,7% em 2019).

No campo operacional, a Taesa manteve seu patamar de excelência operacional apresentando em 2020 um índice de disponibilidade das linhas de transmissão de 99,88% e Parcela Variável de R\$ 23,1 MM, o equivalente a 1,3% da RAP, já considerando a Parcela Variável dos ativos operacionais que foram internalizados no ano que passou. Esse sólido desempenho demonstra a capacidade de adaptação e rápida reação da Companhia em meio a um cenário bastante adverso e nunca antes visto.

Adicionalmente, as obras dos 6 empreendimentos em construção continuam em andamento mesmo com o prolongamento da pandemia. A Companhia vem trabalhando com foco na execução e enviando os melhores esforços para cumprir com o cronograma dos projetos, buscando eficiência de capex e antecipação da entrega, com o intuito de potencializar ainda mais seus retornos. Vale destacar que em 2020 a Taesa realizou investimentos no total de R\$ 1.535 MM nestes projetos, um incremento de mais de 110% na comparação com os investimentos realizados em 2019 e representando quase 60% do investimento total realizado nos projetos de 2014 até o momento. Cabe destacar ainda que há boas expectativas de entregar alguns projetos já em 2021, antes do prazo-limite da ANEEL.

A Taesa detém participação em trinta e nove concessões de transmissão: dez concessões na holding (TSN, NVT, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II), dez controladas (ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Brasnorte, Sant'Ana, São João, São Pedro e Lagoa Nova), quatro controladas em conjunto (ETAU, Paraguaguá, Almorez e Ivaí) e quinze coligadas, sendo (i) doze denominadas "Grupo TBE", que é composto por quatro coligadas diretas (EATE, ENTE, ETEP e ECTE), cinco coligadas indiretas (STC, ESDE, Lumitrans, ETSE e ESTE) e três coligadas com participações direta e indireta (EDTE, EDTE e ERTE), e (ii) três denominadas "Transmineiras" (Transudeste, Transleste e Transprete) com participações direta e indireta.

Continuamos monitorando a evolução da pandemia e os seus potenciais impactos no setor de energia elétrica, mais especificamente no segmento de transmissão. E estamos convictos de que temos a força necessária para vencer os desafios destes novos tempos, mantendo o nosso compromisso em transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para a toda a sociedade e respeitando o meio ambiente e todos os stakeholders.

Com base nesse resultado, o Conselho de Administração aprovou hoje a proposta de destinação do lucro de 2020, que inclui a distribuição de dividendos adicionais de R\$ 561,9 MM (R\$ 1,63 / Unit) e que ainda deverá ser submetida à deliberação da Assembleia de Acionistas. Sendo aprovado, o dividendo payout será de 71,0% do lucro líquido – e de 98,5% excluindo os efeitos do CPC 47 – e uma distribuição total de R\$ 4,66 / Unit referente ao resultado de 2020, equivalendo a um dividend yield de cerca de 15% aos preços da Unit da Taesa hoje.

Vale lembrar que, em 15 de novembro de 2020, tomaram posse os novos diretores eleitos pelo Conselho de Administração em outubro, o Sr. André Augusto Telles Moreira – Diretor Presidente, o Sr. Erik da Costa Breyer – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e o Sr. Fábio Antunes Fernandes – Diretor de Negócios e Gestão de Participações.

Continuamos monitorando a evolução da pandemia e os seus potenciais impactos no setor de energia elétrica, mais especificamente no segmento de transmissão. E estamos convictos de que temos a força necessária para vencer os desafios destes novos tempos, mantendo o nosso compromisso em transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para a toda a sociedade e respeitando o meio ambiente e todos os stakeholders.

**A COMPANHIA**  
A Taesa é uma concessionária de transmissão de energia, cujo objetivo é realizar serviços de operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica no Brasil e outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica. É um dos maiores grupos privados de transmissão de energia elétrica do Brasil em termos de Receita Anual Permitida (RAP), com 11.062 km de linhas de transmissão em operação e 2.514 km em construção, totalizando 13.576 Km de extensão. Possui ativos em 97 subestações com nível de tensão entre 230 e 525kV e um centro de operação e controle localizado em Brasília.

A Taesa detém participação em trinta e nove concessões de transmissão: dez concessões na holding (TSN, NVT, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II), dez controladas (ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Brasnorte, Sant'Ana, São João, São Pedro e Lagoa Nova), quatro controladas em conjunto (ETAU, Paraguaguá, Almorez e Ivaí) e quinze coligadas, sendo (i) doze denominadas "Grupo TBE", que é composto por quatro coligadas diretas (EATE, ENTE, ETEP e ECTE), cinco coligadas indiretas (STC, ESDE, Lumitrans, ETSE e ESTE) e três coligadas com participações direta e indireta (EDTE, EDTE e ERTE), e (ii) três denominadas "Transmineiras" (Transudeste, Transleste e Transprete) com participações direta e indireta.



ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.  
Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica é a nova sub-empresa de Miracema concessionada adquirida pela Taesa em 12 de fevereiro de 2020.  
A aquisição de São João Transmissora de Energia S.A. e São Pedro Transmissora de Energia S.A. foi concluída em 14 de fevereiro de 2020.  
A aquisição de São Pedro Transmissora de Energia S.A. foi concluída em 14 de fevereiro de 2020.  
ETSE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultante da Parceria das acionistas miracemita, Taesa e Alpar.  
ERTE - Empresa controlada de grupo TBE que está em construção.  
AIE - Atividade Investimento Elétrica é um grupo econômico da parceria das empresas TAESA e ISA CTEEP, atualmente responsável por implantar 3 novos empreendimentos.



**MISSÃO E VALORES**  
**Missão:** Transmitir energia elétrica com excelência, de forma contínua e eficiente, garantindo rentabilidade e sustentabilidade.  
**Valores:** Transparência, comportamento ético e respeitoso, segurança, foco no resultado, sustentabilidade, espírito de excelência, comprometimento, inovação, valorização dos colaboradores e preservação do meio ambiente.

**GOVERNANÇA CORPORATIVA**  
A Taesa é uma Companhia listada no segmento do Nível 2 de Governança Corporativa na B3 S.A. - Brasil. Bona, Balção, que confere às suas ações preferências o direito de venda por 100% do valor pago na transferência de controle (Tag Along) e está alinhada com as melhores práticas de gestão e de governança corporativa do mercado.

A alta Administração da Companhia é assistida pelos Acionistas Controladores e pelos seguintes órgãos de governança corporativa:

	CEMIG	ISA	Independente	Misto	Total de componentes
Conselho da Administração (*)	5	4	4	-	13
Conselho Fiscal (*)	2	1	2 (minoritário)	-	5
Diretoria Estatutária (**)	3	2	-	1	6

(\*) A quantidade de membros do conselho de administração e conselho fiscal se refere somente a membros titulares. O conselho de administração possui, atualmente, 1 (um) cargo vago. (\*\*) O Diretor Técnico acumula o cargo de Diretor Jurídico e Regulatório. A seleção dos diretores é definida por meio de mecanismos previstos no Ato de Acionistas da Companhia e sua eleição é aprovada pelo Conselho de Administração. Conselho de Administração (CA) - De acordo com o Estatuto Social, deve ser composto por 13 (treze) membros efetivos, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Em conformidade com o contrato de adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa Nível 2, o CA deverá ter no mínimo 20% (vinte por cento) de conselheiros independentes, os quais deverão ser identificados como tal na ata da Assembleia Geral de acionistas que os eleger. Além das competências descritas em lei e no Estatuto Social da Companhia, o CA é responsável: (i) pela orientação geral dos negócios, (ii) por eleger e destituir os membros da diretoria, além de supervisionar o exercício de suas funções, por meio de comitês específicos, e (iii) por deliberar sobre a participação em concorrências públicas promovidas pela ANEEL ou por qualquer representante do Poder Concedente com competência para tal.

Conselho Fiscal (CF) - De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o CF é um órgão societário independente da Administração. O Estatuto Social prevê um CF permanente e deve ser composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos, com igual número de suplentes. Suas responsabilidades consistem em fiscalizar as atividades da Administração, rever as demonstrações financeiras e reportar suas conclusões aos acionistas.

Diretoria Executiva (DE) - de acordo com o Estatuto Social, a Diretoria será composta por 06 (seis) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor Técnico, um Diretor Jurídico e Regulatório, um Diretor de Implantação e um Diretor de Negócios e Gestão de Participações, todos eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato unificado de 02 (dois) anos, destituíveis a qualquer tempo, sendo permitida a cumulação de cargos e a política de seus membros, no todo ou em parte, conforme deliberação do Conselho de Administração. Os diretores são responsáveis pela administração executiva diária de seus negócios e pela implementação das relações e diretrizes gerais estabelecidas por seu CA.

**CÓDIGOS E POLÍTICAS**  
Os códigos e políticas corporativas adotados pela Taesa expressam seus valores e sua cultura organizacional, balizando a condução dos negócios, bem como a relação com os diferentes públicos com os quais a Companhia interage. Esses documentos são desenvolvidos, revisados e atualizados periodicamente, a fim de assegurar sua compatibilidade com os cenários externo e interno.

A Taesa dispõe de um canal de denúncias, publicado na sua intranet e site institucional, que possibilita a todos os empregados e público externo, a realização de denúncias relacionadas aos temas tratados no Código de Conduta Ética e Compliance e demais políticas do Programa de Integridade preservando a identidade do denunciante. Todas as denúncias realizadas são apuradas pela Comissão de Ética da Taesa, que deve responder ao denunciante em até 30 dias úteis.

**QUALIDADE**  
As concessionárias do Grupo Taesa, respaldadas pela Alta Direção e por seus empregados, manifestam seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da organização o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de linhas de transmissão de energia elétrica, formalizadas pelas seguintes linhas estratégicas:

- Gestão corporativa desafiadora e ética, com foco no cliente e resultados;
- Atendimento dos requisitos regulatórios do setor, devidamente alinhado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;
- Conscientização do público interno quanto ao Sistema de Gestão da Qualidade Cumprimento das Normas de Segurança;
- Aperfeiçoamento da qualidade nos serviços de operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações; e
- Incentivo à capacitação e aprimoramento de conhecimento de seus colaboradores.

**DESEMPENHO DOS NOSSOS NEGÓCIOS**  
**Aquisições de Ativos**  
Como diretriz estratégica, a Companhia busca permanentemente por oportunidades que permitam o crescimento sustentável com agregação de valor para seus stakeholders. As aquisições são aderentes com a estratégia de longo prazo da Companhia na medida em que agrega geração de caixa operacional imediatamente após a aquisição e contribui para mitigar a queda da receita bruta esperada para os próximos anos. Durante o exercício de 2020 a Companhia concluiu as seguintes aquisições:

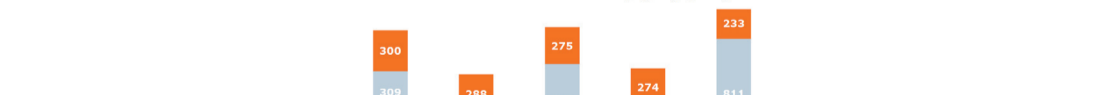
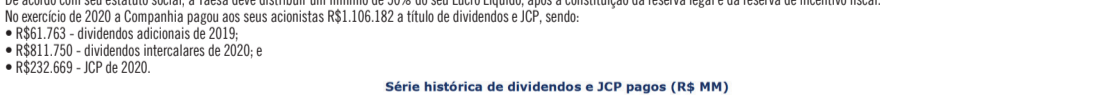
Concessão	Contrato de concessão	Data de aquisição	Participação	Estado	RAP (Atual)	KM	SE
São João Transmissora de Energia S.A.	08/2013	14/02/2020	100%	PI	49.835	408	2
São Pedro Transmissora de Energia S.A.	15/2013	14/02/2020	100%	BA e PE	46.533	418	6
Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A.	30/2017	13/03/2020	100%	RN	12.854	28	2

Para mais informações sobre as aquisições finalizadas ou em andamento, vide nota explicativa às Demonstrações Financeiras nº 1.

**DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO**  
**Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos**  
De acordo com seu estatuto social, a Taesa deve distribuir um mínimo de 50% do seu Lucro Líquido, após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivo fiscal.

No exercício de 2020 a Companhia pagou aos seus acionistas R\$1.106.182 a título de dividendos e JCP, sendo:

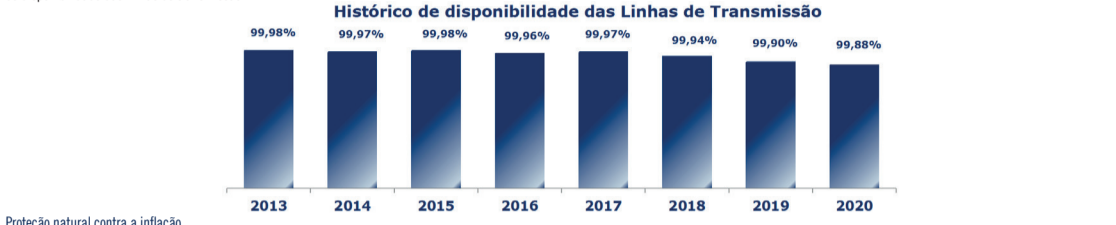
- R\$61.763 - dividendos adicionais de 2019;
- R\$811.750 - dividendos intercalares de 2020; e
- R\$232.669 - JCP de 2020.



Para o cálculo do Payout os lucros líquidos foram ajustados excluindo os impactos do CPC 47. Os impactos foram de R\$631.470, R\$291.323 e R\$116.924 nos exercícios de 2020, 2019 e 2018, respectivamente. Assim como os impactos do CPC 47 apurados no exercício de 2019, a proposta da Administração é destinar os impactos apurados no exercício de 2020 para Reserva Especial de Lucros e pagar dividendos aos acionistas em períodos futuros a fim de não comprometer o caixa e a alavancagem da Companhia.

(\*\*) Lucro líquido societário reapresentado.

**Disponibilidade das linhas de transmissão**  
A Companhia demonstrou competência técnica e capacidade de manter a disponibilidade das linhas de transmissão em elevados patamares, atingindo o resultado de 99,88% de disponibilidade. Abaixo o histórico de disponibilidade das linhas de transmissão:



**Proteção natural contra a inflação**  
Como as receitas são ajustadas anualmente pelo IGP-M ou IPCA, o negócio da Taesa é naturalmente protegido contra a inflação. A RAP é anualmente ajustada a cada 1º de julho, pelo índice de inflação de 12 meses, de junho do ano anterior a maio do ano em referência.

Ciclo	IGP-M	IGP-M
2015 / 2016	8,5%	4,1%
2016 / 2017	9,3%	11,1%
2017 / 2018	3,6%	1,5%
2018 / 2019	2,9%	4,3%
2019 / 2020	4,7%	7,6%
2020 / 2021	1,8%	6,5%

**Lucro líquido consolidado**  
A Taesa mantém sua gestão com foco em maximizar os retornos aos acionistas.



Destacamos os principais fatores que influenciaram o lucro líquido do exercício de 2020 em comparação ao exercício de 2019:

- Receitas**  
**Operação e manutenção** – O crescimento de 11% em 2020 em comparação a 2019 refere-se, basicamente, (i) ao reajuste inflacionário do ciclo 2020-2021, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 9/25/20, (ii) aquisição das empresas São João e São Pedro em fevereiro de 2020 e Lagoa Nova em março de 2020, e (iii) início das operações das concessões Miracema e Mariana em novembro 2019 e maio de 2020, respectivamente.

- Renuneração do ativo de contrato de concessão** – Calculada pela multiplicação da taxa do projeto sobre o saldo do ativo de contrato de concessão, durante os períodos de operação. O crescimento 30% na comparação entre 2020 e 2019 deve-se, basicamente, (i) à consolidação dos resultados das empresas adquiridas; (ii) à operacionalização das concessões Miracema e Mariana, e (iii) a conclusão dos reforços na concessão Novatrans em novembro de 2019, (iv) a correção monetária do ativo de contrato dos últimos meses que amenizou o efeito natural da amortização do ativo pelo reconhecimento.
- Correção monetária do ativo de contrato de concessão** – O aumento de 513% em 2020, refere-se basicamente aos índices macroeconômicos registrados nos períodos comparados, especialmente o IGP-M, que atualiza a maior parte das RAPs da Companhia (IGP-M 24,5% e IPCA 4,3% em 2020 e IGP-M 3,9% e IPCA 3,3% em 2019).
- Implementação de infraestrutura** – O crescimento em 2020 de 102% em comparação a 2019 foi em consequência de maiores investimentos em projetos que estão em construção (Janaúba, Sant'Ana e reforço na concessão São Pedro), que foram compensados em parte pelos menores investimentos em Miracema.
- Parcela Variável** – O aumento de 51% em 2020 na comparação com 2019, refere-se basicamente pelo aumento nas provisões, nos desligamentos programados e não programados nas concessões São João, Novatrans, ETEO e ATE.
- Outras receitas operacionais:** O aumento de 108% em 2020, refere-se basicamente (i) contabilização das receitas parciais das concessões Miracema e Mariana, referentes aos primeiros meses de operação, considerando que a operacionalização das instalações aconteceu em momentos distintos e (ii) contabilização das receitas provenientes de rede fronteira e DIT (demais instalações) das concessões Miracema e São Pedro.
- Deduções da receita bruta**  
O aumento de 65% em 2020 nas deduções da receita, refere-se basicamente (i) ao aumento da receita bruta, impactando os tributos sobre a receita, (ii) consolidação das empresas adquiridas em 2020, e (iii) redução nos encargos setoriais em 2020 em consequência da redução em 50% da RAP das concessões que tiveram seus contratos licitados entre os anos de 1999 e 2006 a partir do 16º ano de operação comercial das instalações.
- Costos e Despesas**  
**Passal** – O aumento de 24% em 2020, refere-se basicamente (i) ao reajuste salarial dos funcionários pelo acordo coletivo, (ii) programa de meritocracia, promoções e aumento de quadro (iii) consolidação das empresas adquiridas.
- Material** – O aumento de 93% em 2020 na comparação com 2019, foi em consequência da evolução dos empreendimentos em construção nas concessões Janaúba e Sant'Ana e no reforço na concessão São Pedro, que foi parcialmente compensado pelos menores investimentos nas concessões Miracema, Mariana, Novatrans.
- Serviços de terceiros:** O aumento de 18% em 2020 na comparação com 2019, refere-se basicamente (i) a consolidação das empresas adquiridas em 2020, (ii) aumento dos custos com limpeza de faixa de servidão, (iii) aumento de despesas relacionadas a contratação de consultorias estratégicas que foram compensados em parte pela redução dos custos e despesas com viagens em 2020, e (iv) entrada em operação das concessões Mariana e Miracema.
- Depreciação e amortização** – Aumento de 16% em 2020 na comparação com 2019, foi em consequência da inclusão e renuneração de contratos de arrendamentos financeiros dentro do escopo do CPC 06 (R2) durante o exercício de 2020.
- Outros custos e despesas** – O aumento de 22% em 2020 na comparação com 2019, refere-se basicamente (i) às alterações de prognóstico de contingências cíveis em 2020, não recorrentes em 2019, (ii) consolidação das empresas adquiridas em 2020, (iii) menores gastos relacionados a seguros, e (iv) baixa de ativos sem expectativa de recuperabilidade em 2020.
- Ganho (Perda) nas aquisições de empresas**  
A Companhia registrou no resultado do exercício de 2019 um ganho líquido de R\$9.811 referente às aquisições de participações nas empresas Brasnorte, Transleste e Transudeste.
- Resultado de Equivalência Patrimonial**  
O aumento de 126% em 2020 foi em consequência (i) da variação positiva na receita de correção monetária no resultado da TBE, Transmineiras e ETAU, em função dos índices macroeconômicos registrados nos períodos, (ii) aumento de participação nas concessões ETAU e Transmineiras no segundo trimestre de 2019 e (iii) pelos maiores investimentos nas concessões em construção ESTE (TBE) e Ivaí.
- Resultado Financeiro**  
**Receitas Financeiras** – A redução anual de 60% ocorreu em razão do menor volume médio de caixa aplicado em 2020 em consequência de: (i) pagamentos de juros e amortização de empréstimos e debêntures, (ii) aumento de JCP e dividendos pagos, (iii) menores rentabilidades associadas a queda do CDI em 2020.
- Despesas Financeiras:**  
**Debêntures:** O aumento 41% em 2020, refere-se basicamente (i) ao maior volume de dívida em consequência das 8ª e 9ª emissões de debêntures da Taesa nos montantes de R\$300.000 e R\$450.000, respectivamente, (ii) pela 2ª emissão de debêntures de Janaúba em dezembro de 2019, no montante de R\$575.000, e (iii) aumento do IPCA entre os períodos comparados.
- Empréstimos:** O aumento de 89% nos encargos e custos de captação deve-se basicamente (i) às captações ocorridas em 2020, através de cédulas de crédito bancário, sendo R\$350.000 junto ao Citibank e R\$100.000 ao Bradesco e (ii) pelo financiamento preexistente no BNB na empresa Lagoa Nova.
- Ganho Instrumentos financeiros Derivativos:** O aumento 1478% em 2020, refere-se basicamente pela variação do IPCA entre os períodos comparados. Importante destacar que o swap foi contratado em agosto/2019.
- Arrendamento Financeiro:** A redução de 12% em 2020 na comparação a 2019, deve-se, basicamente, pelas amortizações ocorridas entre os períodos comparados.
- Outras receitas e despesas financeiras:** A redução de 13% em 2020 na comparação com 2019, refere-se basicamente pelo (i) Redução do PIS e COFINS sobre receitas financeiras em 2020, (ii) aumento na receita de atualização monetária de impostos em 2020, (iii) redução das despesas oriundas de atualização monetária dos saldos de P&D.
- Impostos e contribuições sociais**  
O aumento de 207,1% em 2020 na comparação com 2019, refere-se basicamente pelo (i) aumento no lucro antes dos impostos, (ii) A queda do JCP pago e, (iii) incentivo fiscal SUDAM/SUDENE que não cresceu proporcionalmente ao lucro em função dos ajustes fiscais no lucro real (correção monetária do ativo de contrato e margem de implementação de infraestrutura), que limitou o aproveitamento do benefício fiscal em 2020.

	2020	2019 (Reapresentado)	Var	Var (%)
Receita operacional líquida	3.561.286	1.839.990	1.721.296	93,55%
EBITDA ajustado	2.376.043	1.156.888	1.219.155	105,38%
<b>Margem EBITDA - Ajustado</b>	<b>66,72%</b>	<b>62,87%</b>	<b>3,85pp</b>	

	2020	2019 (Reapresentado)	Var	Var (%)
Receita operacional líquida	3.561.286	1.839.990	1.721.296	93,55%
EBITDA	3.209.985	1.526.699	1.683.286	110,26%
<b>Margem EBITDA - padrão</b>	<b>90,14%</b>	<b>82,97%</b>	<b>7,17pp</b>	

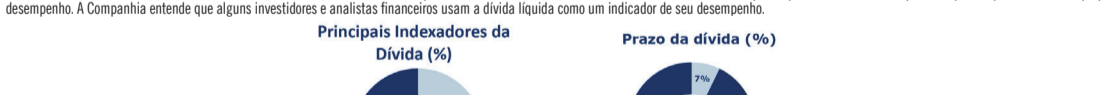
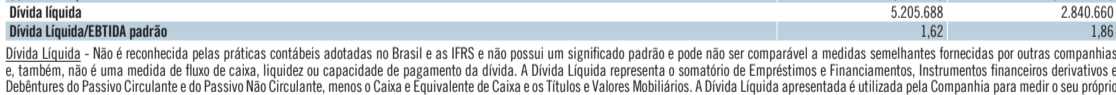
	2020	2019 (Reapresentado)	Var	Var (%)
Receita operacional líquida	3.561.286	1.839.990	1.721.296	93,55%
EBITDA	3.209.985	1.526.699	1.683.286	110,26%
<b>Margem EBITDA - padrão</b>	<b>90,14%</b>	<b>82,97%</b>	<b>7,17pp</b>	

**EBITDA ajustado** – É o EBITDA padrão CVM somado ao valor da equivalência patrimonial. A Administração da Companhia entende que o EBITDA ajustado é conservador em relação ao EBITDA padrão exigido pela CVM, pois não considera o resultado de equivalência patrimonial de suas investidas.

**EBITDA padrão** – O lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA padrão não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, bem como não é indicador de desempenho. O EBITDA padrão apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012 estabelece o cálculo do EBITDA padrão.

Divida Líquida	2020	2019 (Reapresentado)
Circulante	440.828	734.481
Não circulante (inclui os instrumentos financeiros derivativos atrelados ao empréstimo)	5.670.477	4.530.555
Divida bruta	6.111.305	5.265.036
(i) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(905.617)	(2.424.376)
<b>Divida líquida</b>	<b>5.205.688</b>	<b>2.840.660</b>
<b>Divida líquida/EBITDA padrão</b>	<b>1,62</b>	<b>1,86</b>

Divida Líquida – Não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS e não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias e, também, não é uma medida de fluxo de caixa, líquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A Divida Líquida representa o somatório de Empréstimos e Financiamentos, Instrumentos financeiros derivativos e Debêntures do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante, menos o Caixa e Equivalente de Caixa e os Títulos e Valores Mobiliários. A Divida Líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho. A Companhia entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a divida líquida como um indicador de seu desempenho.



**MERCADO DE CAPITAIS**  
Em 31 de dezembro de 2020 o valor de mercado da Companhia era de R\$11,6 bilhões (R\$10,7 bilhões em 31 de dezembro de 2019).



Neste contexto, as empresas concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica devem aplicar anualmente um percentual mínimo de sua receita operacional líquida no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica.

A obrigatória na aplicação desses recursos está prevista em lei e nos contratos de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados.

A ANEEL estabeleceu as diretrizes e orientações que regulamentam a elaboração de projetos de P&D por meio do Manual de Programa de Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica.

Diferentemente da pesquisa acadêmica pura, que se caracteriza pela liberdade de investigação, os programas de P&D no setor de energia elétrica deverão ter metas e resultados bem definidos.

No ano de 2020, a Taesa teve continuidade a execução dos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) descritos abaixo, em parceria com diversas empresas e universidades do país:

Código ANEEL	Título ANEEL
PD-07130-0042/2016	Aplicativo computacional inteligente de aquisição e tratamento automático de imagens para monitoramento de manobras de chaves seccionadoras, inspeção e diagnóstico de falhas em equipamentos.
PD-07130-0044/2016	Estudo de ações para mitigação de riscos de desligamentos das Linhas de Transmissão por queimadas e avaliação de métodos de manutenção de faixas de servidão.
PD-07130-0045/2016	Diagnóstico e desenvolvimento de metodologia de inspeção preditiva e não destrutiva da corrosão dos estais das torres de transmissão de energia - estudo de Caso: LT 230 kV Faraiso - Agú.
PD-07130-0046/2017	Desenvolvimento de metodologias multicritérios para criar escala de hierarquização de transformadores e reatres, para monitoramento on-line, suportadas por software experimental.
PD-07130-0047/2019	Monitoramento inteligente de torres estaiadas utilizando fusão de sensores baseado em IoT.
PD-07130-0048/2019	Análise automática de ocorrências - Metodologia e ferramenta para análise automática de ocorrências utilizando algoritmos de aprendizado de máquina.
PD-07130-0049/2017	Ferramenta para previsão de risco da ocorrência de fenômenos climatológicos e alocação otimizada de recursos para manutenção emergencial de redes.
PD-07130-0051/2020	Sistema Suporte e Espaçoador - Dispositivo de suporte e amortecimento mecânico para cabos condutores em linhas de transmissão sujeitas à sobrecarga de operação.
PD-07130-0053/2018	Teleproteção em IEC-61850.
PD-08459-0001/2018	Avaliação e Homologação de Operadores de Subestação Utilizando Simulador para Treinamento baseado em Inteligência Artificial.
PD-07130-0057/2019	Ferramenta Pública de Otimização Multicritério para Análise de Investimentos em novos empreendimentos de transmissão Utilizando Técnicas de Inteligência Artificial.
PD-04833-0005/2018	Novo Metodologia para Aferição do Desempenho de Linhas de Transmissão frente a Descargas Atmosféricas, baseada na medição da Impedância Impulsiva de Pê de Torre e sua Aplicação a uma Linha Real
PD-07130-0059/2020	Inspeção Semiautônoma com Drone em Torres de Linha de Transmissão.
PD-07130-0060/2019	Relê de Proteção com Monitoramento Ativo de Óleo e Gases e um Sistema Inteligente para Diagnóstico e Monitoramento de Transformadores e Reatores de Potência de Alta Tensão.
PD-07130-0062/2020	Análise Preditiva de Falhas por IA - Sistema para identificação e predição de falhas em equipamentos de potência baseado em redes de sensores e IA.

**GESTÃO DE PESSOAS**

O processo de desenvolvimento dos colaboradores da Taesa é estratégia de negócios e parte integrante do seu modelo de gestão. Todo investimento em gestão de pessoas tem como função assegurar, no presente e no futuro, a disponibilidade das competências requeridas para prover a liderança dos negócios. Por meio do investimento contínuo no crescimento e desenvolvimento dos colaboradores, eles estarão preparados para criar e oferecer os melhores resultados para o negócio.

A Taesa assegura a todos os seus empregados, de forma ética e transparente, igualdade de chances, respeito à diversidade, a possibilidade de desenvolvimento de uma carreira sólida, remuneração compatível com o

Balanco Social Anual - 2020 e 2019 - Informações Consolidadas						
	2020			2019 (Reapresentado)		
<b>1 - Base de Cálculo</b>						
Receita líquida (RL)			3.561.286			1.839.990
Resultado operacional (RO)			2.360.763			1.143.687
Folha de pagamento bruta (FPB)			166.615			134.325
<b>2 - Indicadores Sociais Internos</b>	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	6.290	3,78%	0,18%	5.199	3,87%	0,28%
Encargos sociais compulsórios	33.678	20,21%	0,95%	25.284	18,82%	1,37%
Previdência privada	2.551	1,53%	0,07%	2.296	1,71%	0,12%
Saúde	9.155	5,49%	0,26%	8.381	6,24%	0,46%
Segurança e saúde no trabalho	338	0,20%	0,01%	315	0,23%	0,02%
Educação	108	0,06%	0,00%	70	0,05%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.261	0,76%	0,04%	1.187	0,88%	0,06%
Creches ou auxílio-creche	484	0,29%	0,01%	470	0,35%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	21.176	12,71%	0,59%	18.737	13,95%	1,02%
Outros	231	0,14%	0,01%	346	0,26%	0,02%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>75.272</b>	<b>45,18%</b>	<b>2,11%</b>	<b>62.286</b>	<b>46,37%</b>	<b>3,39%</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	2.190	0,09%	0,06%	2.462	0,22%	0,13%
Saúde e saneamento	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte	598	0,03%	0,02%	608	0,05%	0,03%
Combate à fome e segurança alimentar	427	0,02%	0,01%	-	0,00%	0,00%
Outros	1.643	0,07%	0,05%	2.430	0,21%	0,13%
Total das contribuições para a sociedade	4.858	0,21%	0,14%	5.500	0,48%	0,30%
Tributos (excluídos encargos sociais)	795.849	33,71%	22,35%	359.066	31,40%	19,51%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>800.707</b>	<b>33,92%</b>	<b>22,48%</b>	<b>364.566</b>	<b>31,88%</b>	<b>19,81%</b>
<b>4 - Indicadores Ambientais</b>	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	4.777	0,20%	0,13%	-	0,00%	0,00%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	5.629	0,49%	0,31%
<b>Total dos investimentos em meio ambiente</b>	<b>4.777</b>	<b>0,20%</b>	<b>0,13%</b>	<b>5.629</b>	<b>0,49%</b>	<b>0,31%</b>
Quando ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)						
	Consolidado			Controladora		
	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2019	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2019
<b>Ativos</b>						
<i>Ativos circulantes</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	6	896.031	82.562	20.869	664.932	75.395
Títulos e valores mobiliários	7	-	2.337.228	798.604	-	1.598.887
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	8	190.378	128.177	159.200	157.782	148.314
Ativo de contrato de concessão	8	1.015.498	855.975	863.892	728.784	772.021
Impostos e contribuições sociais correntes	10	124.355	101.782	35.688	109.522	90.237
Dividendos e JCP a receber	14	50.332	101	5.580	242.182	75.288
Outras contas a receber e outros ativos		83.567	62.605	43.838	70.492	44.016
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>2.360.161</b>	<b>3.568.430</b>	<b>1.927.671</b>	<b>1.973.694</b>	<b>2.736.401</b>
<i>Ativos não circulantes</i>						
Títulos e valores mobiliários	7	9.586	4.586	4.339	4.708	4.586
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	8	19.635	18.869	13.618	18.526	17.871
Ativo de contrato de concessão	8	8.356.699	5.230.513	4.535.689	4.119.475	3.513.392
Impostos e contribuições sociais		-	26	-	-	-
Outras contas a receber		41.526	18.691	18.301	21.673	17.533
Depósitos judiciais		44.870	33.176	28.295	31.895	25.354
Instrumentos financeiros derivativos	21	157.169	44.107	29.853	157.169	44.107
Investimentos	13	2.952.525	2.239.298	1.921.360	5.952.339	3.722.959
Direito de uso	9	28.934	33.772	-	27.868	32.035
Imobilizado		44.742	22.667	23.218	44.585	22.623
Intangível		89.572	78.660	65.828	89.547	78.647
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>11.745.258</b>	<b>7.724.339</b>	<b>6.640.527</b>	<b>10.467.785</b>	<b>7.482.827</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>14.105.419</b>	<b>11.292.769</b>	<b>8.568.198</b>	<b>12.441.479</b>	<b>10.219.228</b>
<b>Passivos</b>						
<i>Passivos circulantes</i>						
Fornecedores	15	85.086	91.200	58.314	36.858	48.026
Empréstimos e financiamentos	15	121.355	10.395	10.751	112.833	7.941
Debêntures	16	319.473	724.086	417.529	319.473	724.086
Passivo de arrendamento	9	8.911	8.521	-	8.406	7.794
Impostos e contribuições sociais correntes	10	55.157	40.731	44.768	30.270	25.500
Taxas regulamentares		62.536	68.796	68.553	56.673	64.188
Dividendos e JCP a pagar	14	105.931	11	7	105.931	11
Outras contas a pagar		83.194	52.761	46.883	50.199	48.065
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>841.643</b>	<b>996.501</b>	<b>646.805</b>	<b>719.643</b>	<b>925.980</b>
<i>Passivos não circulantes</i>						
Empréstimos e financiamentos	15	922.669	414.557	409.780	865.829	409.664
Debêntures	16	4.857.916	4.158.834	2.461.895	4.010.957	3.392.155
Instrumentos financeiros derivativos	21	47.061	1.271	-	47.061	1.271
Passivo de arrendamento	9	22.462	26.811	-	21.815	25.680
Impostos e contribuições sociais diferidos	11	763.630	309.000	158.609	470.283	210.301
Tributos diferidos	12	524.897	334.543	284.139	238.407	214.754
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	17	44.338	31.278	28.475	30.227	22.857
Provisão para desmobilização de ativos	9	457	461	457	457	457
Outras contas a pagar		54.442	29.136	46.663	10.896	25.844
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>7.237.872</b>	<b>5.305.891</b>	<b>3.389.561</b>	<b>5.695.932</b>	<b>4.302.871</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>8.079.515</b>	<b>6.302.392</b>	<b>4.036.366</b>	<b>6.415.575</b>	<b>5.228.851</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social		3.042.035	3.042.035	3.042.035	3.042.035	3.042.035
Reserva de capital		598.736	598.736	594.507	598.736	594.507
Reserva de lucros		1.944.396	1.287.843	838.120	1.944.396	1.287.843
Dividendos adicionais propostos		456.035	61.763	57.170	456.035	61.763
Outros resultados abrangentes		(15.298)	-	-	(15.298)	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	18	<b>6.025.904</b>	<b>4.990.377</b>	<b>4.531.832</b>	<b>6.025.904</b>	<b>4.990.377</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>14.105.419</b>	<b>11.292.769</b>	<b>8.568.198</b>	<b>12.441.479</b>	<b>10.219.228</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)						
	Nota	Consolidado		Controladora		
	Explicativa	2020	2019	2020	2019	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>						
Lucro líquido do exercício		2.262.927	1.106.117	2.262.927	1.105.661	
Ajustes para:						
Resultado de equivalência patrimonial	13	(833.942)	(369.811)	(1.418.358)	(582.807)	
Depreciação e amortização	24	8.391	6.542	8.389	6.542	
Depreciação do direito de uso	9 e 24	6.889	6.659	6.314	6.032	
Provisões de causas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e civis, líquidas	17	9.813	1.950	9.201	1.460	
Juros, variações monetárias e cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos e financiamentos	15 e 25	141.053	28.543	138.150	27.248	
Juros, variações monetárias e ajuste ao valor justo sobre debêntures	16 e 25	445.833	315.709	362.891	298.286	
Instrumentos financeiros derivativos	21 e 25	(87.417)	(5.538)	(87.417)	(5.538)	
Juros sobre passivo de arrendamento	9 e 25	2.697	3.069	2.564	2.907	
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	27.698	4.014	10.421	(4.349)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	428.557	144.570	267.863	103.613	
Tributos diferidos	23	150.115	32.344	23.653	879	
Custo de implementação de infraestrutura	24	883.675	369.297	6.113	58.822	
Reversão de compensação ambiental		-	702	-	702	
Remuneração do ativo de contrato de concessão	8 e 23	(657.818)	(505.177)	(486.482)	(452.193)	
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	8 e 23	(1.007.626)	(164.354)	(862.760)	(145.287)	
Correção de implementação de infraestrutura	8 e 23	(1.523.739)	(752.819)	(10.736)	(202.106)	
Receita de aplicação financeira	25	(38.813)	(96.939)	(24.213)	(81.258)	
Provisão (reversão) de Parcela Variável (Ganho) líquido em aquisições de empresas	8	828	(1.049)	1.808	(2.109)	
		(9.811)	-	(9.811)	-	
		219.121	114.018	210.328	123.693	
<b>Variações nos ativos e passivos:</b>						
Redução no saldo de contas a receber de concessionárias e permissionárias e ativo de contrato de concessão		964.119	974.415	721.165	860.661	
Redução (aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		5.564	(24.412)	6.264	(23.214)	
(Redução) no saldo de imp. e contribuição diferidos		-	(246)	-	-	
Aumento no saldo de tributos diferidos		-	733	-	-	
(Aumento) no saldo de outros créditos		(29.987)	(23.038)	(37.156)	(7.414)	
(Redução) no saldo de fornecedores		(852.951)	(337.033)	(17.282)	(43.056)	
(Redução) aumento no saldo de taxas regulamentares		(7.498)	(235)	(8.884)	370	
(Redução) no saldo de outras contas a pagar		(30.152)	(30.617)	(14.536)	(15.865)	
Dividendos recebidos de controladas	14	291.984	272.455	108.231	62.806	
Dividendos e JCP recebidos de controladas em conjunto e coligadas	1					



Balanco Patrimonial	Controladora					
	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos	01/01/2019 (Publicado)	01/01/2019 (Reapresentado)	Impactos
<b>Ativo</b>						
Outros ativos circulantes não afetados	2.736.401	2.736.401	–	1.679.363	1.679.363	–
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>2.736.401</b>	<b>2.736.401</b>	–	<b>1.679.363</b>	<b>1.679.363</b>	–
Ativo de contrato de concessão	3.517.112	3.517.112	–	3.513.392	3.513.392	–
Investimentos	3.659.377	3.722.959	63.582	3.062.649	3.022.429	(40.220)
Outros ativos não circulantes não afetados	242.756	242.756	–	174.177	174.177	–
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>7.419.245</b>	<b>7.482.827</b>	<b>63.582</b>	<b>6.750.211</b>	<b>6.709.998</b>	<b>(40.220)</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>10.155.646</b>	<b>10.219.228</b>	<b>63.582</b>	<b>8.429.581</b>	<b>8.389.361</b>	<b>(40.220)</b>
<b>Passivo</b>						
Outros passivos circulantes não afetados	925.980	925.980	–	606.003	606.003	–
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>925.980</b>	<b>925.980</b>	–	<b>606.003</b>	<b>606.003</b>	–
Impostos e contribuições diferidos	210.301	210.301	–	106.688	106.688	–
Tributos diferidos	214.754	214.754	–	213.875	213.875	–
Outros passivos não circulantes não afetados	3.877.816	3.877.816	–	2.930.953	2.930.953	–
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>4.302.871</b>	<b>4.302.871</b>	–	<b>3.251.526</b>	<b>3.251.526</b>	–
Capital social	3.042.035	3.042.035	–	3.042.035	3.042.035	–
Reserva de capital	598.736	598.736	–	594.507	594.507	–
Reserva de lucros	1.224.261	1.287.843	63.582	878.340	838.120	(40.220)
Dividendos adicionais propostos	61.763	61.763	–	57.170	57.170	–
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>4.926.795</b>	<b>4.990.377</b>	<b>63.582</b>	<b>4.572.052</b>	<b>4.531.832</b>	<b>(40.220)</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>10.155.646</b>	<b>10.219.228</b>	<b>63.582</b>	<b>8.429.581</b>	<b>8.389.361</b>	<b>(40.220)</b>

Demonstração do Resultado do exercício	Consolidado			Controladora		
	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas	1.289.881	1.334.813	44.932	779.886	779.886	–
Remuneração do ativo contratual de concessão	505.078	505.177	99	452.193	452.193	–
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>1.794.959</b>	<b>1.839.990</b>	<b>45.031</b>	<b>1.232.079</b>	<b>1.232.079</b>	–
Custos operacionais	(574.018)	(574.018)	–	(239.504)	(239.504)	–
<b>Resultado Bruto</b>	<b>1.220.941</b>	<b>1.265.972</b>	<b>45.031</b>	<b>992.575</b>	<b>992.575</b>	–
Despesas operacionais e Ganhos nas aquisições de empresas	(122.285)	(122.285)	–	(116.553)	(116.553)	–
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, da equivalência patrimonial e dos impostos e contribuições</b>	<b>1.098.656</b>	<b>1.143.687</b>	<b>45.031</b>	<b>876.022</b>	<b>876.022</b>	–
Resultado de equivalência patrimonial	306.338	369.811	63.473	479.005	582.807	103.802
Resultado financeiro	(258.797)	(258.797)	–	(253.904)	(253.904)	–
<b>Resultado antes dos impostos e contribuições</b>	<b>1.146.197</b>	<b>1.254.701</b>	<b>108.504</b>	<b>1.101.123</b>	<b>1.204.925</b>	<b>103.802</b>
Impostos e contribuições	(143.882)	(148.584)	(4.702)	(99.264)	(99.264)	–
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>1.002.315</b>	<b>1.106.117</b>	<b>103.802</b>	<b>1.001.859</b>	<b>1.105.661</b>	<b>103.802</b>

Demonstração do resultado abrangente	Consolidado			Controladora		
	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Resultado do exercício	1.002.315	1.106.117	103.802	1.001.859	1.105.661	103.802
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>1.002.315</b>	<b>1.106.117</b>	<b>103.802</b>	<b>1.001.859</b>	<b>1.105.661</b>	<b>103.802</b>

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	Consolidado			Controladora		
	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	4.572.052	4.531.832	(40.220)	4.572.052	4.531.832	(40.220)
Resultado líquido do exercício	1.002.315	1.106.117	103.802	1.001.859	1.105.661	103.802
Outros itens não afetados	(647.572)	(647.572)	–	(647.116)	(647.116)	–
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>4.926.795</b>	<b>4.990.377</b>	<b>63.582</b>	<b>4.926.795</b>	<b>4.990.377</b>	<b>63.582</b>

Fluxo de Caixa	Consolidado			Controladora		
	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Resultado líquido do exercício	1.002.315	1.106.117	103.802	1.001.859	1.105.661	103.802
Resultado de equivalência patrimonial	(306.338)	(369.811)	(63.473)	(479.005)	(582.807)	(103.802)
Receita de implementação da infraestrutura	(705.445)	(752.819)	(47.374)	(202.106)	(202.106)	–
Remuneração do ativo de contrato de concessão	(505.078)	(505.177)	(99)	(452.193)	(452.193)	–
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	(164.411)	(164.354)	57	(145.287)	(145.287)	–
Impostos e contribuições	143.882	148.584	4.702	99.264	99.264	–
Tributos diferidos	29.959	32.444	2.385	879	879	–
Outros itens não afetados	1.401.295	1.401.295	–	1.360.924	1.360.924	–
<b>Fluxo de caixa operacional</b>	<b>896.179</b>	<b>896.179</b>	–	<b>1.184.335</b>	<b>1.184.335</b>	–
<b>Fluxo de caixa de investimento</b>	<b>(1.813.634)</b>	<b>(1.813.634)</b>	–	<b>(1.362.717)</b>	<b>(1.362.717)</b>	–
<b>Fluxo de caixa de financiamento</b>	<b>979.148</b>	<b>979.148</b>	–	<b>234.297</b>	<b>234.297</b>	–
<b>Aumento líquido caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>61.693</b>	<b>61.693</b>	–	<b>55.915</b>	<b>55.915</b>	–

Demonstração do Valor Adicionado	Consolidado			Controladora		
	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos	31/12/2019 (Publicado)	31/12/2019 (Reapresentado)	Impactos
Receitas	1.982.456	2.029.872	47.416	1.370.800	1.370.800	–
Insuamos adquiridos de terceiros	(557.751)	(557.751)	–	(224.795)	(224.795)	–
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>1.424.705</b>	<b>1.472.121</b>	<b>47.416</b>	<b>1.146.005</b>	<b>1.146.005</b>	–
Depreciação, amortização e exaustão	(13.201)	(13.201)	–	(12.573)	(12.573)	–
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>1.411.504</b>	<b>1.458.920</b>	<b>47.416</b>	<b>1.133.432</b>	<b>1.133.432</b>	–
Resultado de equivalência patrimonial	306.338	369.811	63.473	479.005	582.807	103.802
Outros resultados abrangentes	106.750	106.750	–	91.069	91.069	–
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.824.592</b>	<b>1.935.481</b>	<b>110.889</b>	<b>1.703.506</b>	<b>1.807.308</b>	<b>103.802</b>
Pessal	114.562	114.562	–	108.846	108.846	–
Impostos	351.979	359.066	7.087	257.639	257.639	–
Remuneração de capitais de terceiros	355.736	355.736	–	335.162	335.162	–
Remuneração de capitais próprios	1.002.315	1.106.117	103.802	1.001.859	1.105.661	103.802
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>1.824.592</b>	<b>1.935.481</b>	<b>110.889</b>	<b>1.703.506</b>	<b>1.807.308</b>	<b>103.802</b>

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
CDB e Operações Compromissadas	102,25% do CDI	99,66% do CDI	101,93% do CDI	99,97% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Investimento em cotas de fundos, CDBs e Compromissadas	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
"Pampulha"	–	1.202.739	–	766.625
"Fundo BNB" (a)	4.878	–	–	–
"BTG Pactual Crédito Corporativo"	–	–	–	–
"BTG Pactual CDB Plus"	–	161.873	–	79.861
"AF Invest Geraes"	–	337.588	–	337.588
"AF Invest Geraes 30"	–	61.894	–	61.894
"Itaú Active FIX 5"	–	273.257	–	273.257
Aplicação Financeira - CDB	–	299.877	–	79.662
Conta reserva (b)	4.708	4.586	4.708	4.586
<b>Ativo circulante</b>	<b>9.586</b>	<b>2.337.228</b>	<b>4.708</b>	<b>1.598.887</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>–</b>	<b>4.586</b>	<b>4.708</b>	<b>4.586</b>

(a) Fundo BNB Automático - Fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BNB, que tem como característica aplicar em títulos de emissão do Tesouro Nacional com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito. Fundo constituído para atender às cláusulas restritivas do contrato de financiamento com o BNB. (b) Conta Reserva - Depósitos mantidos junto ao Banco do Nordeste adquirentes de benefício fiscal. O reinvestimento é o produto gerado pelo referido banco destinado às empresas do setore industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, localizadas na área de atuação da Sudene (região nordeste, norte do Espírito Santo e norte de Minas Gerais).

Taxa de rentabilidade anual acumulada	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de investimento FIC de FI Pampulha	–	103,08% do CDI	–	103,08% do CDI
Fundo BNB Automático	22,12% do CDI	–	–	–
Fundo BTG Pactual Crédito Corporativo	–	–	–	–
Fundo BTG Pactual CDB Plus	–	102,05% do CDI	–	102,05% do CDI
Fundo Af Invest Geraes	–	102,70% do CDI	–	102,70% do CDI
Af Invest Geraes 30	–	111,00% do CDI	–	111,00% do CDI
Itaú Active FIX 5	–	102,24% do CDI	–	102,24% do CDI
Conta Reserva	95,50% do CDI	95,50% do CDI	95,50% do CDI	95,50% do CDI

Composição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Concessionárias e permissionárias	218.146	154.367	180.889	138.391
Parcela variável (i)	(8.133)	(7.321)	(4.581)	(2.773)
<b>Circulante</b>	<b>210.013</b>	<b>147.046</b>	<b>176.308</b>	<b>135.618</b>
<b>Não circulante (ii)</b>	<b>190.378</b>	<b>128.177</b>	<b>157.782</b>	<b>117.747</b>
<b>Total</b>	<b>400.391</b>	<b>275.223</b>	<b>334.090</b>	<b>253.365</b>

Movimentação da parcela variável	31/12/2019	Adição (**)	Reversão (**)	Reclassificação (**)	31/12/2020
	Consolidado	(7.321)	3.831	(4.659)	16
Controladora	(2.773)	6.523	(8.331)	–	(4.581)

(\*) Valor provisionado da parcela variável do período, líquido dos descontos, conforme ANV. (\*\*) Refere-se às provisões de parcela variável na concessão SGT, reclassificadas para o passivo.

Saldo de clientes por vencimento	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Consolidado	156.222	13.763	48.161	218.146
Controladora	125.545	11.224	44.119	180.889

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Concessão	Mutação do ativo de contrato de concessão					
	31/12/2019 (Reapresentado)	Adição (a)	Aquisição	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos
TSN	594.711	3.281	–	62.105	100.098	(73.093)
Munirah	52.139	4.947	–	5.829	15.002	(18.744)
Gtesa	23.225	–	–	2.586	4.838	(3.336)
Patesa	103.235	6	–	7.870	19.499	(12.131)
ETEO	349.030	–	–	36.216	72.100	(53.120)
NVT	1.187.077	1.885	–	182.348	244.091	(212.115)
NTE	296.414	223	–	43.600	60.578	(49.217)
STE	251.791	281	–	26.070	51.992	(33.198)
ATE	552.189	54	–	51.931	151.851	(110.567)
ATE II	842.132	59	–	67.927	(198.141)	854.688
<b>Total Controladora</b>	<b>4.251.943</b>	<b>10.736</b>	–	<b>486.482</b>	<b>862.760</b>	<b>(763.662)</b>
<b>Circulante</b>	<b>734.831</b>	–				

Passivo de arrendamento: Os passivos de arrendamento reconhecidos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros.

Passivo de Arrendamento	31/12/2019	Juros do período	Adição por Novos Contratos	Contraprestação paga	Baixa de Contrato	Ajuste por remensuração	31/12/2020
<b>Controladora</b>							
Imóveis	22.729	1.801	98	(4.131)	-	1.279	21.776
Automóveis	10.745	763	-	(3.833)	-	770	8.445
	<b>33.474</b>	<b>2.564</b>	<b>98</b>	<b>(7.964)</b>	-	<b>2.049</b>	<b>30.221</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.794</b>						<b>8.406</b>
<b>Não circulante</b>	<b>25.680</b>						<b>21.815</b>
<b>Consolidado</b>							
Imóveis	23.845	1.871	306	(4.569)	(766)	1.279	21.966
Automóveis	11.487	826	423	(4.143)	-	814	9.407
	<b>35.332</b>	<b>2.697</b>	<b>729</b>	<b>(8.712)</b>	<b>(766)</b>	<b>2.093</b>	<b>31.373</b>
<b>Circulante</b>	<b>8.521</b>						<b>8.911</b>
<b>Não circulante</b>	<b>26.811</b>						<b>22.462</b>

Passivo de Arrendamento	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Juros do período	Contraprestação paga	Ajuste por remensuração	31/12/2019
<b>Controladora</b>					
Imóveis	24.380	1.984	(3.781)	146	22.729
Automóveis	12.564	923	(3.262)	520	10.745
	<b>36.944</b>	<b>2.907</b>	<b>(7.043)</b>	<b>666</b>	<b>33.474</b>
<b>Circulante</b>					<b>7.794</b>
<b>Não circulante</b>					<b>25.680</b>
<b>Consolidado</b>					
Imóveis	25.834	2.081	(4.216)	146	23.845
Automóveis	13.462	988	(3.491)	528	11.487
	<b>39.296</b>	<b>3.069</b>	<b>(7.707)</b>	<b>674</b>	<b>35.332</b>
<b>Circulante</b>					<b>8.521</b>
<b>Não circulante</b>					<b>26.811</b>

Abaixo são apresentadas as análises dos vencimentos dos passivos de arrendamento:

	Até 1 mês	De 2 a 3 meses	De 4 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Imóvel	376	752	3.382	19.865	4.674	29.049
Automóvel	367	724	3.301	5.868	-	10.221
<b>Consolidado</b>	<b>743</b>	<b>1.488</b>	<b>6.683</b>	<b>25.734</b>	<b>4.674</b>	<b>39.320</b>
Imóvel	371	743	3.342	19.690	4.674	28.820
Automóvel	329	658	2.963	5.267	-	9.217
<b>Controladora</b>	<b>700</b>	<b>1.401</b>	<b>6.305</b>	<b>24.957</b>	<b>4.674</b>	<b>38.037</b>

Os montantes reconhecidos no resultado são apresentados abaixo:

	Consolidado	Controladora
Despesas de depreciação de ativos de direito de uso	6.889	6.314
Despesa de juros sobre passivos de arrendamento	2.697	2.564
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e a arrendamentos de ativos de baixo valor (incluindo nas linhas de Outros custos e despesas operacionais)	1.762	799
<b>Total reconhecido no resultado</b>	<b>11.348</b>	<b>9.677</b>

A Companhia, seguindo o que emana o CPC 06 (R2), utilizou técnicas de fluxo de caixa descontado sem considerar inflação projetada nos fluxos de pagamentos dos arrendamentos. Atendendo as orientações das áreas técnicas da CVM, a Companhia analisou os impactos nos saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da depreciação e da despesa financeira, considerando a aplicação de inflação projetada nos fluxos de pagamento dos arrendamentos, concluindo que os efeitos são materiais para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

## 10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar /IRRF sobre aplicações financeiras	107.023	87.642	97.430	78.078
PIS e COFINS a compensar	303	5.219	152	5.074
Impostos e contribuições retidos	10.343	6.647	10.073	6.019
Outros	5.686	2.274	1.867	1.066
<b>Ativo circulante</b>	<b>124.355</b>	<b>101.782</b>	<b>109.322</b>	<b>90.237</b>
IRPJ e CSLL correntes	10.251	5.620	-	-
PIS e COFINS	27.692	22.750	23.035	19.765
INSS e FGTS	4.561	4.193	2.152	1.633
ISS	7.812	3.208	2.026	1.176
ICMS	1.384	1.604	240	152
Outros	3.457	3.356	2.817	2.774
<b>Passivo circulante</b>	<b>55.157</b>	<b>40.731</b>	<b>30.270</b>	<b>25.500</b>

## 11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Os créditos fiscais incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos com base no histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e, conforme determinação da ANEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões da Companhia e suas controladas:

Consolidado	31/12/2020			31/12/2019 (Reapresentado)		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
TAESA (Controladora)	401.118	(871.401)	(470.283)	357.595	(567.896)	(210.301)
JAN	32.919	(213.148)	(180.229)	8.043	(44.308)	(36.265)
ATE III	8.125	(39.327)	(31.202)	7.961	(38.216)	(30.255)
BRAS	945	(13.700)	(12.755)	630	(8.243)	(7.613)
SGT	-	(2.012)	(2.012)	-	(2.242)	(2.242)
SAN	-	(6.216)	(6.216)	-	(1.019)	(1.019)
MIR	-	(17.089)	(17.089)	-	(16.474)	(16.474)
MAR	-	(6.244)	(6.244)	-	(4.831)	(4.831)
SPT	-	(15.731)	(15.731)	-	-	-
SJT	-	(18.285)	(18.285)	-	-	-
LNT	-	(3.584)	(3.584)	-	-	-
<b>Passivo não circulante</b>	<b>443.107</b>	<b>(1.206.737)</b>	<b>(763.630)</b>	<b>374.229</b>	<b>(683.229)</b>	<b>(309.000)</b>
<b>Total (Consolidado)</b>	<b>443.107</b>	<b>(1.206.737)</b>	<b>(763.630)</b>	<b>374.229</b>	<b>(683.229)</b>	<b>(309.000)</b>

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019
Crédito fiscal incorporado - ágio (i)	290.363	-	309.598	290.363
Diferenças temporárias (ii)	115.899	52.351	110.755	47.997
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	36.845	12.280	-	-
<b>Ativo não circulante</b>	<b>443.107</b>	<b>374.229</b>	<b>401.118</b>	<b>357.595</b>
Diferenças temporárias (ii)	(1.206.737)	(683.229)	(871.401)	(567.896)
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(1.206.737)</b>	<b>(683.229)</b>	<b>(871.401)</b>	<b>(567.896)</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>(763.630)</b>	<b>(309.000)</b>	<b>(470.283)</b>	<b>(210.301)</b>

(i) Proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010. (ii) As diferenças temporárias contemplam os saldos das empresas que adotam o lucro real e são compostas da seguinte forma:

Consolidado	Base de cálculo		
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)
Rateio de antecipação e parcela de ajuste	52.637	17.897	6.198
Provisão para participação nos lucros	16.857	5.731	5.864
Provisão para fornecedores	17.111	5.818	7.861
Provisão para parcela variável	6.193	2.106	1.490
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	34.348	11.678	9.505
Tributos com exigibilidade suspensa	19.034	6.472	5.317
Hedge de Fluxo de caixa	23.180	7.881	-
Ajuste a valor de mercado - dívida	9.169	3.117	-
Varição cambial - regime de caixa	162.351	55.199	16.116
<b>Total do Ativo</b>		<b>115.899</b>	<b>52.351</b>
Instrumentos Financeiros derivativos	(157.169)	(53.438)	(19.080)
Ajuste a valor de mercado - dívida	-	-	3.792
Pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	(87.817)	(29.858)	(17.030)
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contrato com cliente	(3.304.241)	(1.123.441)	(650.911)
<b>Total do passivo</b>		<b>(1.206.737)</b>	<b>(683.229)</b>

	Crédito fiscal incorporado - ágio		Diferenças temporárias		Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL		Total	
	Controladora e Consolidado	Consolidado	Controladora	Consolidado	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
2021	18.974	23.513	21.313	-	4.389	46.876	40.287	83
2022	20.355	22.296	19.819	-	32.456	75.107	40.174	974
2023	21.761	70.090	69.623	-	-	91.851	91.384	5.955
2024 a 2026	74.784	-	-	-	-	74.784	74.784	7.822
2027 a 2029	89.995	-	-	-	-	89.995	89.995	9.505
2030 a 2032	46.101	-	-	-	-	46.101	46.101	4.788
2033 a 2035	12.273	-	-	-	-	12.273	12.273	1.490
2036 a 2038	6.120	-	-	-	-	6.120	6.120	786
<b>Total</b>	<b>290.363</b>	<b>115.899</b>	<b>110.755</b>	<b>36.845</b>	<b>443.107</b>	<b>401.118</b>	<b>47.997</b>	<b>3.792</b>

A Administração tem expectativa de realização dos saldos apresentados. As estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. De acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável.

## 12. TRIBUTOS DIFERIDOS

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019
PIS e COFINS diferidos - passivo (i)	524.897	334.543	238.407	214.754

(i) Montante relacionado à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas do Grupo Taesa, na aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão.

## 13. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)

Investimentos Diretos	Quantidade total de ações	Participação Direta	Consolidado		Controladora		
			31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado)	
<b>Controlada</b>	ATE III	448.500.000	100,00%	-	-	540.112	508.592
	SGT	10.457.000	100,00%	-	-	23.067	22.743
	MAR	174.500.000	100,00%	-	-	186.631	147.921
	MIR	277.940.000	100,00%	-	-	510.724	472.186
	JAN	40.645.100	100,00%	-	-	290.645	100.250
	SAN	121.801.000	100,00%	-	-	193.501	41.224
	BRAS	191.052.000	100,00%	-	-	183.930	190.745
	SJT	394.523.157	100,00%	-	-	536.318	-
	SPT	470.235.007	100,00%	-	-	475.869	-
	LNT	41.116.290	100,00%	-	-	59.017	-
						<b>2.999.814</b>	<b>1.483.661</b>
<b>Controlada em conjunto</b>	ETAU	34.895.364	75,62%	122.464	95.650	122.464	95.650
	Aimorés	315.900.000	50,00%	254.302	104.585	254.302	104.585
	Paraguapu	459.700.000	50,00%	383.945	174.772	383.945	174.772
	Ivaí	135.000.000	50,00%	187.057	92.072	187.057	92.072
						<b>947.768</b>	<b>467.079</b>
<b>Coligada direta (*)</b>	EATE	180.000.010	49,98%	790.604	664.870	790.604	664.870
	EBTE	263.058.339	49,00%	186.705	169.544	186.705	169.544
	ECTE	42.095.000	19,09%	65.812	64.589	65.812	64.589
	ENTE	100.840.000	49,99%	478.384	445.192	478.384	445.192
	ETEP	45.000.010	49,98%	155.352	168.675	155.352	168.675
	ERTE	84.133.970	21,95%	53.221	54.606	53.221	54.606
	EDTE	1.218.126	24,95%	68.382	42.844	68.382	42.844
	Transudeste	30.000.000	49,00%	57.291	45.916	57.291	45.916
	Transleste	49.569.000	49,00%	71.994	54.784	71.994	54.784
	Transirapé	22.340.490	49,00%	77.012	61.199	77.012	61.199
						<b>2.004.757</b>	<b>1.772.219</b>
						<b>2.004.757</b>	<b>1.772.219</b>
<b>Total do investimento</b>						<b>2.952.525</b>	<b>2.239.298</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2020, por meio de suas coligadas diretas, a Companhia possui participações indiretas nas seguintes coligadas: (i) STC - 39,99%; (ii) ESDE - 49,98%; (iii) Lumitrans - 39,99%; (iv) ETSE - 19,09%; (v) EBTE - 25,49%; (vi) ERTTE - 28,04%; (vii) ESTE - 49,98%; (viii) EDTE - 25,04%; e (ix) Transudeste, Transleste e Transirapé - 5%.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas e cíveis e passivos contingentes:

	Provisão para riscos		Passivos contingentes	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ETAU	411	364	35	35
BRAS	–	216	–	–
<b>Controladas em conjunto</b>	<b>411</b>	<b>580</b>	<b>35</b>	<b>35</b>
EATE	1.376	1.349	4.356	4.263
EBTE	21	18	776	1.325
ECTE	52	52	203	30
EETP	7	6	–	–
ENTE	–	–	1.177	877
<b>Coligadas diretas</b>	<b>1.456</b>	<b>1.425</b>	<b>6.512</b>	<b>6.495</b>
	<b>1.867</b>	<b>2.005</b>	<b>6.547</b>	<b>6.530</b>

(iv) Receita Anual Permitida:

Concessão	Ciclo 2019-2021 Resolução nº 2.725 de 14/07/2020 Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021			Ciclo 2019-2020 Resolução nº 2.555 de 25/06/2019 Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020			Ciclo 2018-2019 Resolução nº 2.408 de 26/06/2018 Período: de 01/07/2018 a 30/06/2019		
	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total	RAP	PA	Total
ETAU	39.506	–	41.292	50.913	–	49.335	48.001	–	46.041
BRAS (*)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
ENTE	134.579	(2.169)	132.410	204.038	(9.025)	195.013	234.740	(8.555)	226.185
EATE (**)	261.211	(2.107)	259.104	244.572	(9.496)	235.076	227.207	(13.837)	213.370
EBTE	48.889	1.223	50.112	46.126	(1.609)	44.517	48.313	(1.577)	46.736
ECTE	56.825	(542)	56.283	53.352	(1.838)	51.514	49.564	(1.659)	47.905
EETP	58.788	(461)	58.327	55.143	(1.997)	53.146	51.228	(2.159)	49.069
ERTE	30.648	(12.395)	18.253	38.978	(1.998)	36.980	52.687	(1.851)	50.836
STC	48.133	(769)	47.364	47.345	(1.478)	45.867	45.238	(3.522)	41.716
Lumitrans	31.841	(346)	31.495	29.910	(1.038)	28.872	27.786	(917)	26.869
ESDE	14.363	(482)	13.881	14.098	(1.957)	12.141	13.471	(307)	13.164
ETSE	21.485	(142)	21.343	21.089	(792)	20.297	20.151	(2.292)	17.859
EDTE (**)	70.445	597	71.042	–	–	–	–	–	–
Transirapé	41.048	1.774	42.822	37.175	(1.221)	35.954	34.535	(1.173)	33.362
Transleste	35.664	(472)	35.192	45.794	(1.484)	44.310	42.543	(1.652)	40.891
Transudeste	30.231	(324)	29.907	28.384	(938)	27.446	26.369	(1.024)	25.345
<b>TOTAL</b>	<b>923.656</b>	<b>(14.829)</b>	<b>908.827</b>	<b>916.917</b>	<b>(36.449)</b>	<b>880.468</b>	<b>948.046</b>	<b>(43.323)</b>	<b>904.723</b>

(\*) Em 31 de maio de 2019 a Brasnorte se tornou uma controlada da Taesa. Portanto, as informações de RAP da referida concessão foram apresentadas na nota explicativa nº 8. (\*\*\*) Os valores RAPs das concessões EATE e EDTE foram ajustadas de acordo com o Despacho ANEEL nº 3.219/2020 que retificou os anexos I, II, III, IV, V e VI da Resolução Homologatória nº 2.725/2020.

**14. PARTES RELACIONADAS**

I - Outras Contas a Receber - OCR, Outras Contas a Pagar - OCP e Contas a Receber de Concessionárias e Permissonárias - CRCP; a) Ativos e receitas:

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<b>Transações entre a Taesa e suas controladas em conjunto</b>						
1	OCR x Outras receitas "back-office" - ETAU	R\$69 Valor mensal	09/07/2018 a 09/07/2023	Multa de 2% a.m. / Atualização anual pelo IGP-M	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante prévio aviso de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	Não houve.
2	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - ETAU (*)	N/A	N/A	N/A	N/A	Não houve.
3	OCR x Outras receitas - O&M - ETAU	R\$18 Valor mensal	01/08/2020 a 01/08/2024	Multa de 2% a.m. / juros de mora 1% a.a. / atualização anual pelo IGP.M.	Inadimplimento e qualquer cláusula contratual, recuperação judicial, falência, liquidação judicial.	Não houve.
<b>Transações entre a Taesa e suas coligadas</b>						
4	OCR x disponibilidades - CCI - EDTE	229 Valor total	27/12/2018 até a extinção da concessão	Multa de 2% a.m. / juros de mora 12% a.a. / atualização anual pelo IPCA.	Não houve.	Não houve.
<b>Transações entre a Taesa e suas controladas</b>						
5	OCR x Outras receitas - "Back-office" - BRAS (**)	R\$36 Valor mensal	21/05/2018 até 21/05/2023	Multa de 2% a.m. / juros de mora de acordo com o mercado financeiro/atualização anual pelo IGP-M.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante prévio aviso de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.	Não houve.
6	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - MAR	R\$27 Valor mensal	05/11/2019 a 05/11/2024	Multa de 2% a.m. + juros de mora 1% a.a. / atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Contrato anuído através do Despacho ANEEL nº 2.977/2019.
7	OCR x Outras receitas - Serviços de Operação e Manutenção - ATE III	R\$226 Valor mensal	04/12/2019 a 04/12/2024	Multa de 2% + mora de juros de 1% a.m. / Atualização anual pelo IGP- Wsetembro.	O contrato poderá ser rescindido, a critério da contratante, mediante notificação ou interposição judicial ou extrajudicial e sem que assista a contratada direito a ressarcimento no indenização condicionado aos termos da cláusula décima quarta do contrato), com antecedência mínima de 30 dias corridos.	Contrato prorrogado e objeto alterado para operação e manutenção. A contratada se obriga a providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por lei, com vigência durante toda a execução do contrato.
8	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - ATE III	R\$27 Valor mensal	13/06/2019 a 13/06/2024	Multa de 2% a.m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Contrato anuído através do Despacho ANEEL nº 1.665/2019.
9	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - ATEIII (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
10	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - SGT	R\$27 Valor mensal	27/09/2019 a 27/09/2024	Multa de 2% a.m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Contrato anuído através do Despacho ANEEL nº 2.637/2019
11	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - MIR	R\$44 Valor mensal	28/10/2016 a 27/10/2021	Multa de 2% a.m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	O contrato teve anuidade da ANEEL conforme despacho nº 472 de em 15 de fevereiro de 2017.
12	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - MIR (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
13	OCR x Outras receitas - Operação e Manutenção - MIR	R\$125 Valor mensal	05/12/2019 a 04/12/2024	Multa de 2% + juros de mora de 1% a.m. + atualização monetária IGP.M/Atualização anual pelo IGP.M	O contrato pode ser rescindido, pela contratante, nos casos inadimplimento comprovado de qualquer cláusula contratual e/ou incapacidade técnica.	Não houve.
14	OCR x disponibilidades - CCI - JAN	R\$5 Valor mensal a partir do início da operação	29/09/2017 até a extinção da concessão	Multa de 2% a.m. + juros de mora de 12% a.a. / Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser reiniciado em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, por determinação legal ou por mútuo acordo entre as partes.	Os custos de implantação no valor de R\$1.512 foram pagos em 10 parcelas mensais de junho de 2018 a março de 2019, atualizados pelo IPCA acumulado.
15	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - JAN (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve	Não houve
16	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - JAN	R\$27 Valor mensal	30/03/2020 a 30/03/2025	Multa de 2% a.m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
17	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - SAN (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
18	OCR x Outras receitas - Serviços de O&M - LNT	R\$24 Valor mensal	15/05/2020 a 15/05/2025	Multa de 2% a.m. + juros de mora de 1% / Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido nos seguintes casos: Inadimplimento comprovado de qualquer cláusula contratual, Incapacidade técnica, recuperação judicial.	Não houve.
19	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - LNT	R\$10 Valor mensal	15/06/2020 a 15/06/2025	Multa de 2% a.m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
20	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - LNT (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve	Não houve
21	OCR x Outras receitas - Serviços de O&M - SPT	R\$87 Valor mensal	15/05/2020 a 15/05/2025	Multa de 2% a.m. + juros de mora de 1% / Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido nos seguintes casos: Inadimplimento comprovado de qualquer cláusula contratual, Incapacidade técnica, recuperação judicial.	Não houve.
22	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - SPT	R\$36 Valor mensal	15/06/2020 a 15/06/2025	Multa de 2% a.m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
23	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - SPT (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve	Não houve
24	OCR x Outras receitas - Serviços de O&M - SIT	R\$90 Valor mensal	15/05/2020 a 15/05/2025	Multa de 2% a.m. + juros de mora de 1% / Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido nos seguintes casos: Inadimplimento comprovado de qualquer cláusula contratual, Incapacidade técnica, recuperação judicial.	Não houve.
25	OCR x Outras receitas - Serviços de "back-office" - SIT	R\$38 Valor mensal	15/06/2020 a 15/06/2025	Multa de 2% a.m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.

**Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas**

R E F	Descrição	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
26	CRCP x Outras receitas - Contrato de CCT - CEMIG D x SGT	R\$57 Valor mensal	18/03/2014 até o término da concessão.	Juros efetivos de mora de 12% a.a. e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA, quando da atualização da RAP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.	Não houve.

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo e entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias. Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

R E F	Consolidado				
	Ativo		Receita		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
<b>Contratos e outras transações</b>					
<b>Transações com controladas em conjunto</b>					
1	Serviços de "back-office" Taesa x Etau	82	76	960	899
2	Reembolso de despesas Taesa x Etau	–	29	–	–
3	Serviços de O&M - Taesa x ETAU	18	–	91	–
<b>Transações com coligadas</b>					
4	Reembolso de despesas Taesa x EDTE	6	–	440	–
<b>Transações entre as controladas e empresas ligadas</b>					
24	Contrato de CCT - CEMIG D x SGT (*)	83	81	986	968
		<b>189</b>	<b>186</b>	<b>2.477</b>	<b>1.867</b>

(\*) Saldo existente registrado no balanço patrimonial na rubrica "Contas a receber de concessionárias e permissonárias".

R E F	Controladora				
	Ativo		Receita		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
<b>Contratos e outras transações</b>					
<b>Transações com controladas em conjunto</b>					
1	Serviços de "back-office" - Taesa x Etau	82	76	960	899
2	Reembolso de despesas Taesa x Etau	–	29	–	–
3	Serviços de O&M - Taesa x ETAU	18	–	91	–
<b>Transações com coligadas</b>					
4	Reembolso de despesas Taesa x EDTE	6	–	440	–
<b>Transações com controladas</b>					
5	Serviços de "back-office" - Taesa x Brasnorte	42	38	490	501
6	Serviços de "back-office" - Taesa x Mariana	27	27	334	319
7	Serviços de O&M - Taesa x ATE III	253	89	2.857	518
8	Serviços de "back-office" - Taesa x ATEIII	28	27	330	321
9	Reembolso de despesas Taesa x ATEIII	45	17	–	–
10	Serviços de "back-office" - Taesa x SGT	28	27	334	307
11	Serviços de "back-office" - Taesa x Miracema	50	48	594	578
12	Reembolso de despesas Taesa x Miracema	–	1	–	–
13	Serviços de "O&M" - Taesa x Miracema	125	–	1.500	–
14	Taesa x Janaúba - CCI	2	–	–	465
15	Reembolso de despesas Taesa x Janaúba	–	270	–	–
16	Serviços de Back-office - Taesa X Janaúba	27	–	217	–
17	Reembolso de despesas Taesa x Sant'Ana	4	2	–	–
18	Serviços de O&M - Taesa x LNT	24	–	183	–
19	Serviços de "back-office" - Taesa x LNT	10	–	63	–
20	Reembolso de despesas Taesa x LNT	2	–	–	–
21	Serviços de O&M - Taesa x SPT	87	–	651	–
22	Serviços de "back-office" - Taesa x SPT	36	–	216	–
23	Reembolso de despesas Taesa x SPT	10	–	–	–
24	Serviços de O&M - Taesa x SIT	89	–	674	–
25	Serviços de "back-office" - Taesa x SIT	38	–	228	–
		<b>1.033</b>	<b>651</b>	<b>10.162</b>	<b>3.908</b>

b) Passivos, custos e despesas

R E F	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<b>Transações entre a Taesa e empresas ligadas</b>						
1	OCF x Prestação de serviços "Data Center" - Ativas	R\$ 47 valor mensal.	29/09/2017 a 29/09/2020	Juros de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	Cada uma das partes terá direito de rescindir o contrato mediante o envio de uma notificação por escrito à outra parte, com 90 dias de antecedência, quando da ocorrência de qualquer eventualidades, como falência decretada, transferência parcial ou total de patrimônio ou bens e uma das partes violar quaisquer dispositivos do contrato.	O presente contrato poderá ser renovado por períodos maiores mediante a assinatura de termos aditivos.
2	OCF x serviços prestados - Serviços técnicos e de suporte pós produção do sistema Mega - Axiom	R\$1.318 Valor total do contrato.	02/09/2016 - término indeterminado.	Juros de 1% ao mês.	Não houve.	Não houve.
3	OCF x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário.	19/03/2012 - término indeterminado.	Taxa de administração de 1% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
4	OCF x Serviços prestados - CCI - TAESA (ETEO) - CTEEP	Valor total do contrato R\$2 valor mensal.	20/07/2001 até a extinção da concessão de uma das partes.	Juros de 12% a.a./Multa de 2% Atualização pelo IGP-M.	Somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes ou por determinação legal.	Não houve.
5	OCF x Serviços prestados - CCI - TAESA (ATE) - CTEEP	Valor total do contrato R\$ 10 valor mensal	22/07/2004 até a extinção da concessão de uma das partes	Juros de 12% a.a./Multa de 2% Atualização pelo IGP-M.	Não houve.	Não houve.
6	OCF x Serviços prestados - Telecomunicações - TAESA - INTERNEXA	Valor total do contrato R\$ 3 valor mensal	30/08/2018 a 30/08/2020	Juros de 1% ao mês e multa de 2% / Atualização anual pelo IGP-M.	Falta de cumprimento de qualquer das obrigações, recuperação judicial, abas as partes optarem pela rescisão antecipada.	Não houve.
<b>Transações entre as controladas da Taesa e empresas ligadas</b>						
7	OCF x Serviços prestados - CCI - SGT x CEMIG GT	R\$ 3 Valor mensal	A partir de 17/02/2014 até o vencimento da concessão.	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.
8	OCF x O&M - SGT x CEMIG GT	R\$49 Valor mensal	10/07/2019 a 10/07/2024	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido antecipadamente e unilateralmente, a seu exclusivo critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição, por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do OFSOM.	Não houve.
9	OCF x Serviços prestados - CCI - MAR x CEMIG GT	R\$205 parcela única e R\$50 Valor mensal	12/11/2015 até a extinção da concessão de uma das partes.	Atualização anual pelo IPCA.	Não houve.	O pagamento do valor mensal será devido a partir do início da operação comercial
10	OCF x Serviços prestados - O&M - MAR x CEMIG GT	R\$48 Valor mensal	03/03/2020 à 02/03/2025	Atualização anual pelo IPCA	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de	



IV - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal - Classificadas no Resultado - despesa de pessoal.

Proporção da remuneração total	2020				2019			
	Fixa	Variável	Fixa	Variável	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Conselho de Administração	100%	-	100%	-	100%	-	100%	-
Conselho Fiscal	100%	-	100%	-	100%	-	100%	-
Diretoria estatutária (*)	55%	45%	72%	28%	72%	28%	72%	28%

(\*) Composição de remuneração fixa: Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (previdência privada, plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação), benefícios pós-emprego (plano de saúde e plano odontológico). Composição de remuneração variável: Participação nos Lucros e Resultados, Cessação do Cargo e Indenizações.

Valores reconhecidos no resultado	Conselho de Administração				Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
	Média de membros remunerados durante o exercício (*)	10,42	14,34	3,83	4	4,83	5	5
<b>Remuneração fixa (**)</b>	<b>2.391</b>	<b>2.524</b>	<b>7.140</b>	<b>5.943</b>	<b>580</b>	<b>569</b>	<b>580</b>	<b>569</b>
Salário ou pró-labore	2.092	2.179	6.608	3.922	483	474	483	474
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	506	631	n/a	n/a	n/a	n/a
Encargos	299	345	2.482	1.109	97	95	97	95
Provisões	n/a	n/a	544	281	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Remuneração variável</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>5.918</b>	<b>2.290</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>
Participação nos resultados	n/a	n/a	3.275	2.290	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Indenizações	n/a	n/a	1.695	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Gratificação	n/a	n/a	948	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Valor total da remuneração</b>	<b>2.391</b>	<b>2.524</b>	<b>13.058</b>	<b>8.233</b>	<b>580</b>	<b>569</b>	<b>580</b>	<b>569</b>

(\*) Inclui membros titulares e suplentes, sendo que os conselheiros fiscais suplentes recebem na substituição dos titulares. A média dos membros remunerados foi calculada mensalmente, excluindo os membros que abandonaram a remuneração.  
(\*\*) O valor da remuneração fixa do conselho inclui o pró-labore e 20% de INSS Patronal.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E NOTAS PROMISSÓRIAS

Financiador	Concessão	Data de assinatura	Tipo	Captação		Encargos financeiros anuais	
				Valor contratado recebido	Vencimento final	Valor	Encargos
Moeda nacional-R\$							
BNDES-FINAME	TSN	05/12/2012	CCB-subcrédito A	20.250	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.	
BNDES-FINAME	TSN	20/06/2012	CCB-subcrédito A	727	15/07/2022	Taxa fixa de 5,5% a.a.	
BNDES-FINAME	TSN	13/06/2013	CCB-subcrédito A	30.458	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.	
BNDES-FINAME	Patesa	14/10/2014	CCB-subcrédito A	430	15/08/2024	Taxa fixa de 6% a.a.	
BNDES-FINAME	SGT	04/12/2012	CCB-subcrédito A	19.571	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.	
CEF	SIT	30/12/2013	FINISA	215.634	31/12/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.	
CEF	SPT	30/12/2013	FINISA	175.942	31/12/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.	
CCB - BRADESCO	Taesá	13/04/2020	CCB	100.000	08/04/2021	CDI 2,550505%	
CCB - CITIBANK	Taesá	15/04/2020	CCB	350.000	14/04/2022	CDI 2,85007%	
CEF	SPT	05/02/2016	FINISA	8.843	15/02/2026	136,33% CDI a.a.	
BNB - FNE	LNT	27/04/2018	CCB-FNE	62.749	15/05/2038	Taxa de fundos constitucionais (FC) a.m. pro-rata	
Moeda estrangeira-US\$							
Citibank - Contrato B (Reapetuação)	Taesá	11/05/2018	Lei 4.131/62	350.000	10/05/2023	Libor + 0,34% a.a.	

Empréstimos mensurados ao custo amortizado: \* Contrato liquidado em 14 de fevereiro de 2020 no valor total de R\$128.718,7. \* Contrato liquidado em 14 de fevereiro de 2020 no valor total de R\$106.725. \* Contrato liquidado em 14 de fevereiro de 2020 no valor total de R\$7.237. \* Empréstimo mensurado ao valor justo.

Financiador	31/12/2019	Aquisição	Captação/Custos	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2020	Circulante	Não circulante
CCB - CITIBANK	-	-	348.010	13.301	-	(9.114)	-	352.197	2.516	349.681
BNDES-FINAME	21.452	-	527	-	(633)	(6.490)	-	14.966	6.509	8.457
Citibank Contrato B (Reapetuação)	396.153	-	122.476	(1.984)	(8.478)	-	-	508.167	466	507.701
<b>Controladora</b>	<b>417.605</b>	-	<b>447.522</b>	<b>140.134</b>	<b>(1.984)</b>	<b>(18.125)</b>	-	<b>978.662</b>	<b>112.833</b>	<b>865.829</b>
BNDES-FINAME	7.347	-	153	-	(153)	(2.448)	-	4.899	2.452	2.447
CEF-FINISA	-	128.718	-	-	(359)	(128.359)	-	-	-	-
CEF-FINISA	-	7.237	-	-	(71)	(7.166)	-	-	-	-
CCB-FINISA	-	106.725	-	-	(297)	(106.428)	-	-	-	-
BNB-CCB-FNE	-	59.017	(1.304)	2.750	-	-	60.463	6.070	54.393	-
<b>Consolidado</b>	<b>424.952</b>	<b>301.687</b>	<b>446.218</b>	<b>143.037</b>	<b>(1.984)</b>	<b>(19.005)</b>	<b>(250.891)</b>	<b>1.044.024</b>	<b>121.355</b>	<b>922.669</b>

Financiador	31/12/2018	Captação/custos de captação	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2019	Circulante	Não circulante	
										BNDES-FINAME
Citibank Contrato B (Reapetuação)	382.787	-	28.181	(1.657)	(13.158)	-	396.153	1.425	394.728	
<b>Controladora</b>	<b>410.735</b>	-	<b>28.905</b>	<b>(1.657)</b>	<b>(13.898)</b>	-	<b>417.605</b>	<b>7.941</b>	<b>409.664</b>	
BNDES-FINAME	9.796	-	216	-	(216)	(2.448)	7.347	2.454	4.893	
SANTANDER - NP	-	29.713	1.080	-	(733)	(30.000)	-	-	-	-
<b>Consolidado</b>	<b>420.531</b>	<b>29.713</b>	<b>30.200</b>	<b>(1.657)</b>	<b>(14.897)</b>	<b>(38.938)</b>	<b>424.952</b>	<b>10.395</b>	<b>414.557</b>	

\* Captação no valor de R\$30.000 e custos de captação no valor de R\$391.

Indexador	Circulante	Parcelas vencíveis por indexador - Consolidado				Subtotal	Total
		2022	2023	2024	Após 2024		
Taxa fixa	8.961	8.899	1.957	36	-	10.892	19.853
Libor + Dólar	466	-	507.701	-	-	507.701	508.167
IPCA	6.367	3.544	3.544	3.595	48.562	59.245	65.612
CDI	106.963	350.000	-	-	-	350.000	456.963
(-) Custo a amortizar	(1.402)	(604)	(285)	(285)	(3.995)	(5.169)	(6.571)
	<b>121.355</b>	<b>361.839</b>	<b>512.917</b>	<b>3.346</b>	<b>44.567</b>	<b>922.669</b>	<b>1.044.024</b>

Financiador	31/12/2018	Captação/custos de captação	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2019	Circulante	Não circulante	
										BNDES-FINAME
Citibank Contrato B (Reapetuação)	382.787	-	28.181	(1.657)	(13.158)	-	396.153	1.425	394.728	
<b>Controladora</b>	<b>410.735</b>	-	<b>28.905</b>	<b>(1.657)</b>	<b>(13.898)</b>	-	<b>417.605</b>	<b>7.941</b>	<b>409.664</b>	
BNDES-FINAME	9.796	-	216	-	(216)	(2.448)	7.347	2.454	4.893	
SANTANDER - NP	-	29.713	1.080	-	(733)	(30.000)	-	-	-	-
<b>Consolidado</b>	<b>420.531</b>	<b>29.713</b>	<b>30.200</b>	<b>(1.657)</b>	<b>(14.897)</b>	<b>(38.938)</b>	<b>424.952</b>	<b>10.395</b>	<b>414.557</b>	

Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Venc.	31/12/2020			31/12/2019					
					Custo a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo a apropriar	Principal	Juros	MTM	Total
Taesá (a)	3ª Emissão - 2ª Série (Itaú BBA) (*)	R\$	IPCA + 4,85%	15/10/2020	(396)	-	-	(396)	395.772	3.935	-	399.205	
Taesá (a)	3ª Emissão - 3ª Série (Itaú BBA) (*)	R\$	IPCA + 5,10%	15/10/2024	(396)	1.097.342	11.540	1.108.466	(502)	1.050.855	11.051	-	1.061.404
Taesá (b)	4ª Emissão - 1ª Série (Itaú BBA/BB/Santander)	R\$	IPCA + 4,41%	15/09/2024	(3.020)	289.255	3.689	289.924	(2.359)	276.719	3.529	-	277.889
Taesá (b)	4ª Emissão - 2ª Série (Itaú BBA/BB/Santander)	R\$	105% do CDI	15/09/2020	-	-	-	-	(2.359)	287.669	4.413	-	289.723
Taesá (c)	5ª Emissão - 1ª Série (BB/Safra/Bradesco)	R\$	IPCA + 5,9526%	15/07/2025	(8.879)	574.421	15.630	581.172	(11.328)	549.526	15.211	-	554.409
Taesá (d)	6ª Emissão - 1ª Série (Santander-ABC-BB)	R\$	108% do CDI	15/05/2026	(9.881)	850.000	2.197	842.316	(10.528)	850.000	5.034	2.306	846.812
Taesá (d)	6ª Emissão - 2ª Série (Santander-ABC-BB)	R\$	IPCA + 5,50%	15/05/2044	(9.881)	222.584	1.518	214.221	(10.528)	211.064	1.350	-	201.886
Taesá (e)	7ª Emissão - 1ª Série (BTG-Santander-XP Investimentos)	R\$	IPCA + 4,50%	15/09/2044	(29.045)	536.216	28.355	535.225	(31.330)	513.193	4.050	-	485.913
Taesá (f)	8ª Emissão - 1ª Série (Santander)	R\$	IPCA + 4,774%	15/12/2044	(19.293)	311.274	14.077	306.588	-	-	-	-	-
Taesá (g)	9ª Emissão - 1ª Série (Santander)	R\$	CDI + 2,85%	08/04/2022	(11.677)	450.000	4.801	453.124	-	-	-	-	-
	<b>Controladora</b>				<b>(82.468)</b>	<b>4.331.092</b>	<b>81.807</b>	<b>4.430.430</b>	<b>(69.436)</b>	<b>4.134.798</b>	<b>48.573</b>	<b>2.306</b>	<b>4.116.241</b>
	<b>Circulante</b>												<b>724.086</b>
	<b>Não circulante</b>												<b>3.392.155</b>
JAN (h)	1ª Emissão - 1ª Série (BTG-Santander-XP)	R\$	IPCA + 4,5%	15/07/2033	(11.136)	241.124	20.539	250.527	(12.697)	228.463	8.826	-	224.592
JAN (i)	2ª Emissão - Série única (Itaú - BTG)	R\$	IPCA + 4,8295%	15/12/2044	(35.450)	602.207	29.675	596.432	(35.366)	576.805	648	-	542.087
	<b>Consolidado</b>				<b>(129.055)</b>	<b>5.174.423</b>	<b>132.021</b>	<b>5.177.389</b>	<b>(117.499)</b>	<b>4.940.066</b>	<b>58.047</b>	<b>2.306</b>	<b>4.882.920</b>
	<b>Circulante</b>												<b>724.086</b>
	<b>Não circulante</b>												<b>4.857.916</b>

(\*) Instrumentos negociados no mercado secundário, cujo os valores justos foram mensurados com base em cotações e estão apresentados na nota explicativa nº 21.

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	Não circulante				Subtotal	Total
		2022	2023	2024	Após 2024		
CDI	6.998	450.000	-	-	450.000	900.000	906.998
IPCA	320.790	379.793	431.326	721.948	4.078.656	4.399.446	4.399.446
(-) Custos de emissão a amortizar	(8.315)	(14.328)	(9.545)	(7.819)	(89.048)	(120.740)	(129.055)
	<b>319.473</b>	<b>815.465</b>	<b>421.781</b>	<b>714.129</b>	<b>2.906.541</b>	<b>4.857.916</b>	<b>5.177.389</b>

Movimentação das debêntures	Consolidado				Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	4.882.920	2.879.424	4.116.241	2.879.424	-	-
(+) Novas captações	750.000	2.367.960	750.000	1.568.960	-	-
(+) Juros e variação monetária incorridos	431.331	305.825	352.529	290.882	-	-
(-) Pagamento de principal	(691.260)	(391.201)	(691.260)	(391.201)	-	-
(-) Pagamento de juros	(181.741)	(185.321)	(181.741)	(185.321)	-	-
(-) Custo de captação (Novas captações)						

**21.4. Risco de mercado. 21.4.1. Gestão do risco de taxa de câmbio.** A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía R\$27,8 (R\$508.167) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros e passivo de arrendamento) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esses riscos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros (Libor). A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas. **21.4.2. Gestão do risco de taxa de juros:** A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos. A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um "mix" apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas. Adicionalmente, a Companhia contrata diferentes swaps de taxas de juros, nos quais a Companhia compra em trocar, em intervalos específicos, a diferença entre os valores das taxas de juros variáveis (CDI) calculados com base no valor do principal nominal acordado entre as partes. Esses swaps pretendem dar cobertura (hedge) às obrigações da debênture objeto do hedge. Em 31 de dezembro de 2020, devido a considerar o efeito dos swaps das taxas de juros, aproximadamente 83,08% das debêntures emitidas pelo Grupo estavam sujeitas à inflação + taxa prefixada. A dívida da Companhia está segregada por indexador nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e Financiamentos e nº 16 - Debêntures. **21.5. Atividades de Hedge accounting e instrumentos financeiros derivativos: Derivativos não designados como instrumentos de hedge.** A Companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de swaps na administração das suas exposições. Esses contratos de moeda a termo não são designados como hedges de fluxo de caixa, hedges de valor justo ou hedges de investimento líquido, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio, como por exemplo o "swap" cambial sem caixa - US\$ versus CDI.

"Swap" cambial Citibank - Reputação	
Valor de referência (nominal) em 31/12/2020	US\$ 98.592
Valor de referência (nominal) em 31/12/2019	US\$ 98.592
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(Libor 3 meses + Spread - 0,34%) - (i) 1,17647
Obrigação da empresa pagar (ponta passiva)	106,0% CDI
Vencimento em	10/05/2023
Ponta ativa em 31/12/2020	508.167
Ponta passiva 31/12/2020	(350.998)
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2020 <sup>(i)</sup>	157.169
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2019 <sup>(ii)</sup>	43.907
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2020	157.169
Valor a receber (a pagar) em 31/12/2019	43.907
Valor justo em 31/12/2020	157.169
Valor justo em 31/12/2019	43.907
Ganhos (perdas) 01/01/2020 a 31/12/2020	110.319
Ganhos (perdas) 01/01/2019 a 31/12/2019	4.840

(i) O fator 1,17647 representa o "gross up" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros. (ii) Ganho não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora e no consolidado, decorrentes dos swaps. As operações estão registradas em câmara de liquidação e custódia. Não existe nenhuma margem depositada em garantia e a operação não possui custo inicial. **Derivativos designados como instrumentos de hedge - Hedges de Fluxo de Caixa:** A partir de janeiro de 2020, a Companhia designou como instrumento de proteção para uma estrutura hedge de fluxo de caixa, derivativos no montante de R\$400,0 milhões referente a parte da emissão de suas debêntures. Os derivativos contratados foram swap que trocam o risco de 108% do CDI (taxa de juros das debêntures) pelo IPCA mais taxas prefixadas. O efeito do hedge de fluxo de caixa na demonstração do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrada abaixo:

Classificação do Hedge	Objeto de hedge	Instrumento de hedge	Valor de referência	Indexador Passivo	Vencimento	Ganho (Perda) Outros resultados abrangentes 31/12/2020
			50.000	IPCA + 3.94%	15/05/2026	2.859
			50.000	IPCA + 3.91%	15/05/2026	2.883
			100.000	IPCA + 4.00%	15/05/2026	5.491
			50.000	IPCA + 3.53%	15/05/2026	4.115
			50.000	IPCA + 3.66%	15/05/2026	2.302
			100.000	IPCA + 3.99%	15/05/2026	5.530

**Controladora e Consolidado** **23.180**

**Movimentação dos instrumentos financeiros derivativos:**

Financiador	31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	Ajuste ao valor justo (ORA)	Ajustes hedge accounting	(Pagamentos) Recebimentos	31/12/2020
Contrato de SWAP (Citibank 4131)	(43.907)	(112.295)	1.984	-	-	(2.951)	(157.169)
Contrato de SWAP (Santander)	128	7.523	-	7.832	826	(849)	15.460
Contrato de SWAP (BR Partners)	995	9.005	-	8.373	826	(1.044)	18.155
Contrato de SWAP (Itaú)	77	3.014	-	2.860	327	(332)	3.946
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil)	(129)	3.352	-	4.115	327	(165)	7.500
<b>Controladora e Consolidado</b>	<b>(42.838)</b>	<b>(89.401)</b>	<b>1.984</b>	<b>23.180</b>	<b>2.306</b>	<b>(5.341)</b>	<b>(110.108)</b>

Financiador	31/12/2018	Juros, variação monetária e cambial	Ajuste ao valor justo (Resultado)	(Pagamentos) Recebimentos	31/12/2019
Contrato de SWAP (Citibank 4131) <sup>1</sup>	(29.853)	(6.497)	1.657	(9.214)	(43.907)
Contrato de SWAP (Santander) <sup>2</sup>	-	1.038	(826)	(84)	128
Contrato de SWAP (BR Partners) <sup>2</sup>	-	1.083	(826)	738	995
Contrato de SWAP (Itaú) <sup>2</sup>	-	(265)	(327)	669	77
Contrato de SWAP LP (ABC Brasil) <sup>2</sup>	-	(748)	(327)	446	(129)
<b>Controladora e Consolidado</b>	<b>(29.853)</b>	<b>(4.889)</b>	<b>(649)</b>	<b>(7.445)</b>	<b>(42.838)</b>

**Instrumento financeiro derivativo e empréstimo mensurados ao valor justo.** **21.6. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos.** A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)		Cenário B (deterioração de 50%)	Realizado até 31/12/2020 Anualizado
CDI (i)	4,00%	5,00%		6,00%	2,75%
IPCA (i)	3,82%	4,78%		5,73%	4,52%
Libor (ii)	0,1755%	0,2194%		0,2633%	0,2373%

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório FOCUS - Mediana Agregado), em 19 de fevereiro de 2021. (ii) Conforme taxas divulgadas no "site" da Bloomberg em 19 de fevereiro de 2021.

**Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio**

Sem proteção	Saldo em 31/12/2020	Efeito no lucro antes dos impostos - janeiro a dezembro de 2020 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
<b>Consolidado</b>				
<b>Ativos financeiros</b>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	898.934	11.237	20.226	29.215
<b>Passivos financeiros</b>				
<i>Financiamentos e Debêntures</i>				
- CDI	906.998	(8.386)	(15.077)	(21.753)
- IPCA	4.465.058	22.988	(8.486)	(39.887)
		<b>25.839</b>	<b>(3.337)</b>	<b>(32.425)</b>
<b>Controladora</b>				
<b>Ativos financeiros</b>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	668.377	8.355	15.038	21.722
<b>Passivos financeiros</b>				
<i>Financiamentos e Debêntures</i>				
- CDI	906.998	(8.386)	(15.077)	(21.753)
- IPCA	3.905.901	18.850	(6.663)	(31.318)
		<b>18.019</b>	<b>(6.702)</b>	<b>(31.349)</b>
<b>Com proteção</b>				
<b>Controladora e consolidado</b>				
<b>Passivos financeiros (dívida protegida)</b>				
<i>Empréstimos e financiamentos</i>				
- Libor	508.167	(223)	(502)	(780)
- Dólar	508.167	14.345	(109.110)	(232.566)
<b>Debêntures</b>				
Ponta ativa - Libor	(508.167)	223	502	780
Ponta ativa - Dólar	(508.167)	(14.345)	109.110	232.566
Ponta passiva - CDI	350.998	(3.245)	(8.835)	(8.418)
<b>Efeito líquido</b>				
<b>Passivos financeiros</b>				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	401.034	(3.708)	(6.667)	(9.618)
- IPCA	448.095	2.307	(852)	(4.003)
<b>Derivativos</b>				
Ponta ativa - CDI	(401.034)	3.708	6.667	9.618
Ponta passiva - IPCA	(448.095)	(2.307)	852	4.003

**21.7. Gestão de risco de crédito.** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras. O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, garante o recebimento dos valores devidos pelo usuário, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os sistemas de garantias; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou a CFB. **21.8. Gestão do risco de liquidez.** A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento. A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas); (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos, financiamentos e debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	4.736	1.605	576.895	3.088.555	4.566.104	8.237.895
Prefixada	792	1.574	7.012	11.108	-	20.486
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.819	16.544	440.774	535.974	995.111
<b>Consolidado</b>	<b>5.528</b>	<b>4.998</b>	<b>600.451</b>	<b>3.540.437</b>	<b>5.102.078</b>	<b>9.253.492</b>
Pós-fixada	4.736	1.605	576.895	3.088.555	4.566.104	8.237.895
Prefixada	578	1.148	5.112	8.628	-	15.466
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.819	16.544	440.774	535.974	995.111
<b>Controladora</b>	<b>5.314</b>	<b>4.572</b>	<b>598.551</b>	<b>3.537.957</b>	<b>5.102.078</b>	<b>9.248.472</b>

**2.9. Gestão dos riscos operacionais:** É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de conformidade empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, são: **Riscos regulatórios** - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes. **Risco de seguros** - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas substestações. Apesar da adoção de critérios de contratação de seguros, poderá ocorrer o não atendimento da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou a CFB. **21.8. Gestão do risco de liquidez.** A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento. A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos (e os prazos de amortização contratuais da Companhia e de suas controladas); (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia do valor justo
<b>Consolidado</b>				
Títulos e valores mobiliários	7	9.586	2.341.814	Nível 2
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	6	889.348	81.805	Nível 2
<b>Ativos financeiros</b>		<b>898.934</b>	<b>2.423.619</b>	
Empréstimos e financiamentos	15	508.167	396.154	Nível 2
Debêntures	16	-	2.306	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	21.5	(157.169)	(42.836)	Nível 2
<b>Passivos financeiros</b>		<b>350.998</b>	<b>355.824</b>	

**21.10.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo):** Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia do valor justo		
<b>Consolidado</b>						
Debêntures - Passivos financeiros	16	5.177.389	5.325.196	4.880.614	4.521.820	Nível 2
<b>Controladora</b>						
Debêntures - Passivos financeiros	16	4.330.430	4.432.879	4.113.935	4.290.726	Nível 2

Debêntures: A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório, cujos valores justos foram mensurados com base em cotações. Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

**22. LUCRO POR AÇÃO**

	2020	2019 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	2.262.927	1.105.661
Lucro líquido do exercício proporcional às ações ordinárias (1)	1.293.418	631.961
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (2) (**)	590.714	590.714
Lucro líquido do exercício proporcional às ações preferenciais (3)	969.509	473.700
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (4) (**)	442.783	442.783
Lucro por ação ordinária - básico e diluído em R\$ = (1) e (2) (**)	2.18958	1.06983
Lucro por ação preferencial - básico e diluído em R\$ = (3) e (4) (**)	2.18958	1.06983

(\*) Quantidade em lotes de 1.000 ações. (\*\*) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

## 23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	2020	Consolidado		Controladora	
		2020	2019 (Reapresentado)	2020	2019
Remuneração do ativo de contrato de concessão	657.818	505.177	486.482	452.193	
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	1.007.626	164.354	862.760	145.287	
Operação e manutenção	676.162	607.244	600.538	560.961	
Receita de implementação de infraestrutura (a)	1.523.399	752.819	10.736	202.106	
Parcela variável (b)	(23.136)	(15.278)	(17.120)	(5.319)	
Outras receitas	32.402	15.556	18.160	15.572	
Receita operacional bruta	<b>3.874.611</b>	<b>2.029.872</b>	<b>1.961.556</b>	<b>1.370.800</b>	
PIS e COFINS correntes	(95.402)	(81.919)	(73.916)	(67.782)	
PIS e COFINS diferidos	(150.115)	(32.344)	(23.653)	(879)	
ISS	(507)	(176)	(507)	(176)	
ICMS	(93)	(54)	(13)	(54)	
Encargos setoriais (c)	(67.208)	(25.989)	(58.518)	(69.830)	
Reduções da receita	<b>(313.325)</b>	<b>(189.882)</b>	<b>(156.680)</b>	<b>(138.721)</b>	
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3.561.286</b>	<b>1.839.990</b>	<b>1.804.952</b>	<b>1.232.079</b>	

(a) A Companhia revisou e alterou a nomenclatura da receita relacionada à implementação das infraestruturas de transmissão, onde a "Receita de construção" passou a ser "Receita de implementação de infraestrutura". (b) Parcela a ser deduzida da receita da transmissora em virtude da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A parcela variável pode ser classificada em *Não programada*, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em *Programada* quando há manutenção em equipamentos que pertencem à linha de transmissão. (c) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Margens das obrigações de performance	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
<b>Implementação de infraestrutura</b>				
- Receita	1.523.739	752.819	10.736	202.106
- Custos	(883.675)	(369.297)	(6.113)	(55.822



Diretoria	
Diretores	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios e Gestão de Participações
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Marcus Vinicius do Nascimento	Diretor de Implantação
Conselho de Administração	
Titulares	
Reynaldo Passanezi Filho (CEMIG)	
Cargo Vago (CEMIG)	
Daniel Faria Costa (CEMIG)	
Paulo Mota Henriques (CEMIG)	
José João Abdalla Filho (CEMIG)	
Bernardo Vargas Gibson (ISA)	
César Augusto Ramirez Rojas (ISA)	
Fernando Augusto Rojas Pinto (ISA)	
Fernando Bunker Gentil (ISA)	
Luis Augusto Barcelos Barbosa (membro independente)	
François Moreau (membro independente)	
Celso Maia de Barros (membro independente)	
Hermes Jorge Chipp (membro independente)	
Conselho Fiscal	
Titulares	Suplentes
Custódio Antonio de Mattos (CEMIG)	Eduardo José de Souza (CEMIG)
Júlia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna (CEMIG)	Luiz Felipe da Silva Veloso (CEMIG)
Manuel Domingues de Jesus e Pinho (ISA)	João Henrique de Souza Brum (ISA)
Murici dos Santos (acionistas minoritários preferencialistas)	Renato Venicius da Silva (acionistas minoritários preferencialistas)
Marcelo Joaquim Pacheco (acionistas minoritários ordinaristas)	Alberto Jorge Oliveira da Costa (acionistas minoritários ordinaristas)
Contador	
Wagner Rocha Dias	
CRC RJ-112158/O-3 - CPF nº 778.993.777-49	

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA**  
 Rio de Janeiro – RJ

**Opinião:**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Representação dos valores correspondentes:** Conforme mencionado na nota explicativa 5, em decorrência dos efeitos de revisão das taxas de desconto dos fluxos financeiros dos contratos de concessão e respectivos efeitos nas margens de construção, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo de contrato:** Conforme divulgado na nota explicativa 3.4, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$ 4.848.259 mil e R\$ 9.372.197 mil, para a controladora e consolidado, respectivamente. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15 – *Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insucessos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado à taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de projetos de construção; (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de índices de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (v) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (vi) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (x) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ativo de contrato, identificamos ajustes que foram registrados pela administração tendo em vista a sua materialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Também identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento de ativo de contrato, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua materialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos, que estão mencionados nas notas 5 e 8 às demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela administração são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Combinação de negócios:** Conforme divulgado nas notas explicativas 2 e 13 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia concluiu no primeiro trimestre de 2020, as aquisições das participações nas empresas São João Transmissora de Energia Elétrica S.A ("SJ"), São Pedro Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("SPT") e Lagoa Nova Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("LNT"), as quais atuam no mesmo segmento de negócio da Companhia e de suas controladas. Estas transações foram contabilizadas pela aplicação do método de aquisição de acordo com o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios (IFRS 3 – *Business Combinations*), que requer, dentre outros procedimentos, que a Companhia determine: a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração dos resultados auferidos na combinação de negócios. Tais procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios adquiridos, que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em razão do alto grau de julgamento relacionado e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, (i) a leitura dos documentos que formalizaram as operações e a obtenção das

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA	
Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório dos auditores independentes, pertinente às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, e respectivos documentos complementares.	
Rio de Janeiro, 03 de março de 2021.	
<b>André Augusto Telles Moreira</b> Diretor Presidente <b>Marco Antônio Resende Faria</b> Diretor Técnico e Jurídico e Regulatório	<b>Erik da Costa Breyer</b> Diretor Financeiro e de Relações com Investidores <b>Fábio Antunes Fernandes</b> Diretor de Negócios e Gestão de Participações
<b>Marcus Vinicius do Nascimento</b> Diretor de Implantação	

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA	
Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, e respectivos documentos complementares.	
Rio de Janeiro, 03 de março de 2021.	
<b>André Augusto Telles Moreira</b> Diretor Presidente <b>Marco Antônio Resende Faria</b> Diretor Técnico e Jurídico e Regulatório	<b>Erik da Costa Breyer</b> Diretor Financeiro e de Relações com Investidores <b>Fábio Antunes Fernandes</b> Diretor de Negócios e Gestão de Participações
<b>Marcus Vinicius do Nascimento</b> Diretor de Implantação	

PARECER DO CONSELHO FISCAL	
Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia") infra-assinados, reunidos excepcionalmente em videoconferência, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, considerando a declaração da Diretoria da Companhia datada de 03 de março de 2021, examinaram o relatório da administração e os demais documentos que compõem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do parecer dos auditores independentes emitido nesta data, bem como a proposta da administração para destinação do resultado do exercício social de 2020 e o orçamento de capital. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia e, considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da administração e de seus auditores independentes - Ernst & Young Auditores Independentes, opinam favoravelmente à aprovação dos referidos documentos a serem encaminhados para Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei nº 6.404/76 e legislação subsequente.	
Rio de Janeiro, 03 de março de 2021.	
<b>Manuel Domingues de Jesus e Pinho</b> - Membro titular <b>Júlia Figueiredo Goytacaz Sant'Anna</b> - Membro titular	<b>Custódio Antônio de Mattos</b> - Membro titular <b>Murici dos Santos</b> - Membro titular
<b>Marcello Joaquim Pacheco</b> - Membro titular	

evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle acionário das companhias adquiridas e a determinação do valor justo da contraprestação transferida; (ii) análise das informações financeiras das companhias adquiridas e discussão com a administração acerca da consistência das práticas e estimativas contábeis, além do entendimento do fluxo das transações relevantes e exame dos saldos contábeis significativos das adquiridas; (iii) avaliação da objetividade, independência e capacidade técnica dos especialistas externos envolvidos na mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos; (iv) com auxílio de nossos especialistas em modelos de valorização, analisamos as premissas e metodologia utilizadas pela Companhia, relacionadas à mensuração dos valores justos da aquisição, aos ativos adquiridos e passivos assumidos; e (v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia em relação ao tema. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento dos efeitos contábeis das combinações de negócios e suas respectivas divulgações, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas aplicadas sobre as combinações de negócios pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo informado ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 03 de março de 2021.

**ERNST & YOUNG**  
 Auditores Independentes S.S.  
 CRC-2SP015199/0-6  
**Pia Leocádia de Avellar Peralta**  
 Contadora CRC-1RJ101080/0-0

